



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VANESSA SANTA ROSA MAZZEI

NORMA E CONTRANORMA:

Um Estudo Estrutural de Representações Sociais sobre Monogamia e Não Monogamia

Vitória

2024

VANESSA SANTA ROSA MAZZEI

NORMA E CONTRANORMA:

Um Estudo Estrutural de Representações Sociais sobre Monogamia e Não Monogamia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho

Vitória

2024

Vanessa Santa Rosa Mazzei

“Norma e contra-norma: Um estudo estrutural de representação social sobre monogamia e não-monogamia”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 13 de março de 2024.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Sabine Mantuan dos Santos Coutinho
Orientadora e Presidente da Sessão – UFES

Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
Examinador Interno - UFES

Prof. Dr. Antonio Marcos Tosoli Gomes
Examinador Externo – UERJ





Ficha de aprovação - Vanessa Santa Rosa Mazzei

Data e Hora de Criação: 18/03/2024 às 10:17:02

Documentos que originaram esse envelope:

- Ficha de aprovação (6).pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: ae493db2881cf393179d9e15198288a72ea82a20709d8b99eca144c244275608

[SHA512]: be4641862e918300ec803ca12165d47140b0aed5e62460414f947ef3e4749f9dd11494d139dd12e183c7c5aa204a2560a8e1eca000eb00e23f4191dd4204e9a5

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Antonio Marcos Tosoli Gomes (mtosoli@gmail.com)

Data/Hora: 18/03/2024 - 10:38:41, IP: 109.190.118.209

[SHA256]: 9a15f737db8b1e087feade8968058bcacc066953d466edfdee9ca6364f5e5f0



ASSINADO - Rafael Moura Coelho Pecly Wolter (rafaelpeclywolter@gmail.com)

Data/Hora: 18/03/2024 - 10:29:17, IP: 187.36.168.53, Geolocalização: [-20.293917, -40.296977]

[SHA256]: 63e6766b0583ce723f4b10e18baf96300ae312d521de173432da9d5bde417ce



ASSINADO - Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (sabrine.coutinho@ufes.br)

Data/Hora: 18/03/2024 - 10:24:27, IP: 187.59.104.20, Geolocalização: [-20.324275, -40.320681]

[SHA256]: aba63b69d45ec9712b9e2425b1b9560ebc0b6ba796d32e20b3d2f42ca50827c8

Histórico de eventos registrados neste envelope

18/03/2024 10:38:42 - Envelope finalizado por mtosoli@gmail.com, IP 109.190.118.209

18/03/2024 10:38:42 - Assinatura realizada por mtosoli@gmail.com, IP 109.190.118.209

18/03/2024 10:38:19 - Envelope visualizado por mtosoli@gmail.com, IP 109.190.118.209

18/03/2024 10:29:17 - Assinatura realizada por rafaelpeclywolter@gmail.com, IP 187.36.168.53

18/03/2024 10:29:07 - Envelope visualizado por rafaelpeclywolter@gmail.com, IP 187.36.168.53

18/03/2024 10:24:27 - Assinatura realizada por sabrine.coutinho@ufes.br, IP 187.59.104.20

18/03/2024 10:20:02 - Envelope registrado na Blockchain por thayse.bomfim@ufes.br, IP 200.137.65.106

18/03/2024 10:20:02 - Envelope encaminhado para assinaturas por thayse.bomfim@ufes.br, IP 200.137.65.106

18/03/2024 10:17:03 - Envelope criado por thayse.bomfim@ufes.br, IP 200.137.65.106

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M477n Mazzei, Vanessa Santa Rosa, 1996-
Norma e Contranorma : Um estudo estrutural de representações sociais sobre monogamia e não monogamia / Vanessa Santa Rosa Mazzei. - 2024.
124 f. : il.

Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Representação Social. 2. Monogamia. 3. Não Monogamia. 4. Ideologia. 5. Norma. I. Coutinho, Sabrine Mantuan dos Santos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

Dedico esta dissertação aos meus alicerces, meu avô Francisco Affonso Santa Rosa (*in memoriam*), minha mãe, Letícia Maria de Santa Rosa, e minha afilhada, Cléo Santa Rosa Sant'anna.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, a quem dedico este trabalho, Letícia Maria de Santa Rosa, por ter me ensinado o valor de enfrentar a travessia e ter me encorajado em todas as oportunidades a não ficar à margem de mim mesma, mesmo quando isso significou estar muito longe fisicamente dela. Agradeço à minha irmã, Pérola Santa Rosa, por ter se dedicado a me reconhecer e se manter presente nos momentos mais difíceis das nossas travessias. Obrigada por me mostrar que não estou só. Agradeço ainda à minha irmã pela vida da minha afilhada, Cléo Santa Rosa Sant'anna, pois, em momentos de dúvidas sobre o meu caminho, foi a sua pequena, mas imensa presença, que me renovou e me clareou as certezas. Agradeço ao meu irmão, Eric Santa Rosa Portella dos Santos, por toda gentileza, cordialidade e torcida de sempre, e por ter trazido à vida meu sobrinho, Benjamin de Souza Santa Rosa, que também renova minha esperança e alegria. Agradeço à minha avó Maria Rachel Silveira Santa Rosa por todas as vezes que compartilhou sua alegria pelo meu caminho, mesmo que não o entendesse plenamente.

Agradeço à minha parceira, Larissa Appes Taranto, por todo cuidado, paz e apoio imensurável que me oferece. Agradeço ao meu par, Derik Melchior, por todo amor, atenção e dedicação, que, entre mil quilômetros de distância, não mediu esforços para me lembrar diariamente que eu não estou sozinha. Também o agradeço pelas inúmeras vezes que lidou e acolheu a minha angústia, estresse e cansaço decorrentes desse processo. Agradeço à Roberta Claudino pelo amor e trajetória compartilhada, mesmo a distância, obrigada por acolher e cuidar dos ralados do caminho. Agradeço ao parceiro que a universidade me deu, Álvaro Peixoto, por todos os ensinamentos e paciência, por ser amigo e professor. Obrigada por estar comigo até o fim. Agradeço à Gyovanna Cruz, por todo carinho e incentivo presentes desde o dia em que nos conhecemos.

Agradeço ao destino e ao acaso por me levarem ao lugar certo, na hora certa.

Agradeço aos Encontros e Despedidas. Agradeço a Oxaguiã por me esperar por tanto tempo, por não medir esforços para me ensinar, me defender e por não ter me abandonado na guerra. Por ter respeitado meu tempo, mas sem me deixar ficar parada. Agradeço a Exu, por me acompanhar, por sempre me desafiar sem deixar de me dar a mão e por, diante das encruzilhadas, me lembrar que eu sei sim o meu caminho. Agradeço a Oxum, por me lembrar que é possível endurecer sem perder a ternura e por me fazer permitir ser cuidada. Agradeço a Oxalá, por ter mandado quem me mandou.

Agradeço aos meus grandes amigos e amores Daniel Bachour, Bruno Henrique e Dayana Ferreira, por compreenderem minha ausência e sempre serem amorosos comigo e com o meu processo. Eu os amo demais. Agradeço a Marcelinho William, por estar comigo na distância e não medir esforços para me ouvir, cuidar e socorrer. Agradeço a Marcos Freitas, por sempre me lembrar de que sou capaz. Agradeço a Eduardo Pessanha, por ter sido grande incentivador desde quando o mestrado ainda era um sonho distante. Agradeço à Tia Salma, por toda generosidade comigo e com minha família em momentos delicados quando os problemas da vida atravessaram as etapas do mestrado.

Agradeço especialmente ao meu companheiro, Roney Borges, que me ajuda a fazer de Vitória um lar. Que me cuida de incontáveis formas e compartilha, diariamente, das angústias e alegrias que só a pós-graduação pode oferecer. Obrigada por tudo, meu amigo. Agradeço a Ivana Sessak por caminhar junto e por todo o apoio.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Espírito Santo. Aos docentes do PPGP e da Rede de Psicologia Social, por todas as trocas e auxílios prestados, destacando o professor Rafael Wolter, a professora Pollyana Moreira, a professora Mariana Bonomo e aos colegas discentes pelas trocas no PPGP, Heloisa Pinto, Leno Fagundes, Pedro Souza, Thays Hage e Thiago Santin. Agradeço ao

servidor Arin Bernardes Filho e ao servidor Felipe Fernandes Alcantara por facilitarem tantos processos burocráticos e compartilharem da rotina diária do PPGP.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e de avaliação desta dissertação. Ao professor Antônio Marcos Tosoli Gomes, pela disponibilidade e por sua contribuição à Teoria das Representações Sociais; aprendi, diariamente, através das teses que orientou. Agradeço também por todas as colocações feitas cuidadosamente na banca de qualificação. Ao professor Rafael Wolter, por todo incentivo a este trabalho. Agradeço por me acompanhar semestralmente através das disciplinas oferecidas e se dispor a pensar junto, por ser referência e inspiração deste trabalho. É uma honra imensurável poder contar com um grande metodólogo e um grande teórico, como os professores Marcos e Rafael. Estou certa de que a minha formação se inicia de modo especial também por isso. Obrigada. Agradeço às professoras Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento e Maria Cristina Smith Menandro, pela disponibilidade e prontidão.

Agradeço à minha orientadora Sabine Mantuan dos Santos Coutinho, por ter sido inspiração quando eu ainda estava na graduação e ter me apresentado os caminhos até aqui. Agradeço a confiança, o afeto e a proteção. Agradeço por apostar no meu potencial e me oferecer grande autonomia e segurança para pensar e repensar este trabalho.

Por fim, por todos os encontros e aprendizados, acadêmicos e pessoais, que o mestrado me ofereceu, eu agradeço.

“Nessas minhas divagações também me dei conta do pouco que sabia, e isso resultou numa alegria: a da esperança. Explico-me: o pouco que sei não dá para compreender a vida, então a explicação está no que desconheço e que tenho a esperança de poder vir a conhecer um pouco mais.”

(Clarice Lispector, *A Descoberta do Mundo*, p. 372)

Resumo

Mazzei, V. S. R. (2024). *Norma e contranorma: Um estudo estrutural de Representações Sociais sobre Monogamia e Não Monogamia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo].

As sociedades estão permeadas de normas e prescrições que as organizam e ditam o que pode ou não ser feito. No Ocidente, mais especificamente no Brasil, uma das normas hegemônicas de organização social é a norma monogâmica. A monogamia pode ser compreendida como um sistema de organização familiar no qual cada pessoa possui exclusivamente uma única companheira ou companheiro. Além disso, a monogamia molda e delimita as relações íntimas e afetivas, exercendo um papel crucial na formação e interligação dos grupos sociais. Ela estabelece diretrizes sobre como, quando, com quem e de que maneira é aceitável sentir, desejar e amar. Contudo pesquisas já demonstraram que a monogamia não é natural nem mesmo entre os mamíferos, evidenciando que esse é um fenômeno construído socialmente. Atualmente o questionamento sobre a monogamia tem ganhado mais espaços sociais e contribuído para a formação de grupos e práticas que se opõem aos ideais monogâmicos. O fenômeno contranorma da não monogamia constitui um espectro de arranjos de relações, ideais e práticas que se opõem, em alguma medida, à norma monogâmica. Com um olhar amparado na Teoria das Representações Sociais, a partir da sua abordagem estrutural, o presente trabalho pretendeu analisar a representação social de monogamia e não monogamia para dois grupos distintos – pessoas que se reconhecem como monogâmicas e pessoas que se reconhecem como não monogâmicas – e investigar a relação que a norma e a contranorma possuem entre elas, e entre seus grupos. A pesquisa foi dividida em dois estudos complementares que utilizaram de técnicas específicas da Teoria do Núcleo Central. No primeiro estudo, exploratório, foi feita coleta de dados a partir de tarefa de evocação livre de cinco palavras, realizada on-line, através do GoogleForms, com três termos indutores: 1)

relacionamento romântico; 2) relacionamento não monogâmico; e 3) relacionamento monogâmico; e participaram da coleta 189 pessoas não monogâmicas e 124 pessoas monogâmicas. Com os dados obtidos, foram realizadas análises prototípicas, através do software de análise lexical IRAMUTEQ. O segundo estudo, de caráter confirmatório, foi realizado com 140 pessoas monogâmicas e 140 pessoas não monogâmicas. A coleta foi realizada on-line, através do GoogleForms. Foram utilizadas duas técnicas de confirmação de centralidade e estrutura, Mise-en-cause e Choix-par-bloc. Os resultados dos estudos foram analisados em conjunto na discussão. Tais resultados indicaram a não existência de representação social estruturada sobre o objeto relacionamento monogâmico tanto para pessoas monogâmicas quanto para pessoas não monogâmicas. Já o objeto relacionamento não monogâmico apresentou estrutura com centralidade confirmada. Concluimos que: 1) a monogamia, representada pelo objeto relacionamento monogâmico, pode ocupar outro lugar na hierarquia da arquitetura do pensamento social, estando no nível ideológico, e não representacional; 2) uma ideologia tem a capacidade de oferecer tanto incentivos para sua aceitação e internalização quanto motivos para sua rejeição e oposição; 3) uma RS não autônoma parece poder depender de uma RS principal antagônica, e não necessariamente de uma RS da qual ela se aproxima. Ademais, destacamos a importância de se olhar com atenção para as características do fenômeno e dos grupos estudados, para além da interpretação dos dados.

Palavras-chave: representações sociais, monogamia, não monogamia, norma, ideologia

Abstract

Mazzei, V. S. R. (2024). *Norm and counter-norm: A structural study of Social Representations on Monogamy and Non-monogamy*. [Master's Dissertation, Federal University of Espírito Santo].

Societies are permeated with norms and prescriptions that organize them and dictate what can or cannot be done. In the West, more specifically in Brazil, one of the hegemonic norms of social organization is the monogamous norm. Monogamy can be understood as a system of family organization where each person has exclusively one partner. Furthermore, monogamy shapes and delimits intimate and affective relationships, playing a crucial role in the formation and interconnection of social groups. It establishes guidelines for how, when, with whom, and in what way it is acceptable to feel, desire, and love. However, research has already demonstrated that monogamy is not natural even among mammals, showing that this is a socially constructed phenomenon. Currently, the question about monogamy has gained more social space and contributed to the formation of groups and practices that oppose monogamous ideals. The counter-norm phenomenon of non-monogamy constitutes a spectrum of relationship arrangements, ideals and practices that oppose, to some extent, the monogamous norm. With a view supported by the Theory of Social Representations from its structural approach, the present work intended to analyze the social representation of monogamy and non-monogamy for two distinct groups – people who recognize themselves as monogamous and people who recognize themselves as non-monogamous – and investigate the relationship that the norm and the counter-norm have between them, and between their groups. The research was divided into two complementary studies that used specific techniques from the Central Nucleus Theory. In the first exploratory study, data was collected from a free recall task of 5 words carried out online using GoogleForms with three inductive terms: (1) romantic relationship, 2) non-monogamous relationship, and 3) monogamous

relationship), and participated in the collects 189 non-monogamous people and 124 monogamous people. Prototypical analyzes were carried out with the data using *the IRAMUTEQ* lexical analysis software. The second confirmatory study was carried out with 140 monogamous people and 140 non-monogamous people. The collection was carried out online using GoogleForms. Two centrality and structure confirmation techniques were used, *Mise-en-cause* and *Choix-par-bloc*. The results of the studies were analyzed together in the discussion. Such results indicated the non-existence of structured social representation regarding the monogamous relationship object for both monogamous and non-monogamous people. The non-monogamous relationship object presented a structure with confirmed centrality. We conclude that 1) monogamy, represented by the monogamous relationship object, can occupy another place in the hierarchy of the architecture of social thought, being at the ideological level, and not representational; 2) an ideology has the capacity to offer both incentives for its acceptance and internalization and reasons for its rejection and opposition; 3) a non-autonomous SR seems to be able to depend on an antagonistic main SR, and not necessarily on an SR to which it approaches. Furthermore, we highlight the importance of looking carefully at the characteristics of the phenomenon and the groups studied, in addition to the interpretation of the data.

Keywords: social representations, monogamy, non-monogamy, standard, ideology

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Distribuição das respostas à MEC para relacionamento não monogâmico para o grupo de monogâmicos.....	71
Figura 2 – Distribuição das respostas à MEC para relacionamento não monogâmico para o grupo de não monogâmicos.....	72
Figura 3 – Distribuição das respostas à MEC para relacionamento monogâmico para o grupo de monogâmicos.....	73
Figura 4 – Distribuição das respostas à MEC para relacionamento monogâmico para o grupo de não monogâmicos.....	74
Figura 5 – Árvore máxima de similitude a partir do teste CPB para os elementos de relacionamento não monogâmico para o grupo de monogâmicos (n=140)	75
Figura 6 – Árvore máxima de similitude a partir do teste CPB para os elementos de relacionamento não monogâmico para o grupo de não monogâmicos (n=141)	77
Figura 7 – Árvore máxima de similitude a partir do teste CPB para os elementos de relacionamento monogâmico para o grupo de monogâmicos (n=140)	79
Figura 8 – Árvore máxima de similitude a partir do teste CPB para os elementos de relacionamento monogâmico para o grupo de não monogâmicos.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Exemplo de esquema de representação do quadro de quatro casas.....	56
Tabela 2 – Análise prototípica de participantes monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento romântico.....	62
Tabela 3 – Análise prototípica dos participantes não monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento romântico.....	63
Tabela 4 – Análise prototípica dos participantes monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento não monogâmico.....	65
Tabela 5 – Análise prototípica dos participantes não monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento não monogâmico.....	66
Tabela 6 – Análise prototípicas dos participantes monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento monogâmico.....	68
Tabela 7 – Análise prototípica dos participantes não monogâmicos sobre o termo indutor relacionamento monogâmico.....	69
Tabela 8 – Conjunto dos resultados dos estudos da análise estrutural acerca do relacionamento não monogâmico para o grupo de monogâmicos.....	82
Tabela 9 – Conjunto dos resultados dos estudos da análise estrutural acerca do relacionamento não monogâmico para o grupo de não monogâmicos.....	83
Tabela 10 – Conjunto dos resultados dos estudos da análise estrutural acerca do relacionamento monogâmico para o grupo de monogâmicos.....	84
Tabela 11 – Conjunto dos resultados dos estudos da análise estrutural acerca do relacionamento monogâmico para o grupo de não monogâmicos.....	85
Tabela 12 – Termos evocados que fazem referência à norma para o grupo de monogâmicos	89
Tabela 13 – Comparação entre os termos evocados do grupo de não monogâmicos.....	90

Lista de Abreviações

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CPB – Choix-par-bloc

IRAMUTEQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

MEC – Mise-em-cause

OME – Ordem Média de Evocação

PM – Participantes Monogâmicos

PNM – Participantes Não Monogâmicos

RM – Relacionamento Monogâmico

RNM – Relacionamento Não Monogâmico

RR – Relacionamento Romântico

RS – Representações Sociais

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TNC – Teoria do Núcleo Central

TRS – Teoria das Representações Sociais

Sumário

Apresentação da Dissertação	24
1 Introdução	25
1.1 A Monogamia como Construção Social	28
1.2 Família Brasileira e Norma Monogâmica	32
1.3 A Não Monogamia	33
1.4 Justificativa do Tema.....	36
1.5 Objetivos	37
<i>1.5.1 Objetivo Geral</i>	<i>37</i>
<i>1.5.2 Objetivos Específicos</i>	<i>37</i>
2 Referencial Teórico	38
2.1 Teoria das Representações Sociais	38
2.2 Abordagem Estrutural das Representações Sociais	44
2.3 Ideologia, Normas e Mudança Representacional pelas Minorias	46
3 Método	51
3.1 Etapa I.....	52
<i>3.1.1 Participantes.....</i>	<i>52</i>
<i>3.1.2 Instrumento</i>	<i>53</i>
<i>3.1.3 Procedimento de Coleta de Dados</i>	<i>53</i>
<i>3.1.4 Procedimento de Organização e Análise de Dados</i>	<i>54</i>
3.2 Etapa II.....	55
<i>3.2.1 Participantes.....</i>	<i>55</i>
<i>3.2.1.1 Caracterização dos participantes – MEC</i>	<i>57</i>
<i>3.2.1.2 Caracterização dos participantes – CPB</i>	<i>58</i>
<i>3.2.2 Instrumentos</i>	<i>57</i>

3.2.2.1	Mise-em-cause	59
3.2.2.2	Choix-par-bloc	60
3.2.3	<i>Procedimentos de Coleta de Dados</i>	59
3.2.4	<i>Procedimento de Organização e Análise de Dados</i>	59
3.3	Questões Éticas.....	60
4	Resultados.....	61
4.1	Etapa I: Análise Prototípica das Evocações Livres	61
4.1.1	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RR para PM</i>	61
4.1.2	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RR para PNM</i>	62
4.1.3	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RNM para PM</i>	64
4.1.4	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RNM para PNM</i>	65
4.1.5	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RM para PM</i>	66
4.1.6	<i>Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RM para PNM</i>	68
4.2	Etapa II: Confirmações de Centralidade – MEC e CPB	69
4.2.1	<i>Mise-en-cause (MEC)</i>	69
4.2.1.1	Resultados da MEC para o termo RNM – PM	71
4.2.1.2	Resultados da MEC para o termo RNM – PNM	72
4.2.1.3	Resultados da MEC para o termo RM – PM	73
4.2.1.4	Resultados da MEC para o termo RM – PNM	74
4.2.2	<i>Choix-par-bloc (CPB)</i>	74
4.2.2.1	Resultados do método CPB para o termo RNM – PM	75
4.2.2.2	Resultados do método CPB para o termo RNM – PNM	77
4.2.2.3	Resultados do método CPB para o termo RM – PM	79
4.2.2.4	Resultados do método CPB para o termo RM – PNM.....	80

4.3 Confirmação de Centralidade dos Elementos a Partir do Cruzamento dos Resultados das Análises Prototípica, MEC e CPB.....	80
5 Discussão.....	85
5.1 A Norma e Sua Relação com o Status Grupal.....	85
5.2 A Gênese das Representações Sociais: o Caso da Não Monogamia.....	91
6 Conclusão.....	100
Referências.....	101
Anexo 1.....	114
Anexo 2.....	119
Anexo 3.....	120

Apresentação da Dissertação

Esta é uma dissertação sobre normas sociais dentro do arcabouço da Teoria das Representações Sociais (TRS). Pretendemos, aqui, desenvolver um trabalho conceitual e empírico sobre a relação entre a monogamia e a não monogamia, sua condição na organização do pensamento social e o impacto da norma na formação dos grupos. Dedicamos a realizar este trabalho buscando também incorporar conceitos teóricos que pouco vêm sendo explorados no campo da TRS, tais como ideologia (Rouquette, 1973), sistemas representacionais (Wachelke, 2013), RS autônomas e não autônomas (Flament, 1974) e os próprios questionamentos sobre status de grupos dentro da TRS (Wolter, 2023).

1 Introdução

Desde o nascimento, os seres humanos lidam com diversas imposições normativas da organização social na qual estão inseridos. Entre essas imposições, paira a ideia de que supostamente existiria um modelo de organização familiar natural, que diz respeito a uma prática afetiva e sexual, na qual deve-se prevalecer a exclusividade da relação com uma só pessoa, modelo chamado de monogamia.

A monogamia pode ser compreendida como “sistema de constituição familiar pelo qual o homem possui uma só esposa ou companheira e a mulher apenas um único marido ou companheiro” (Quadros, 2004, s.p.). Vasallo (2018, 2022) aduz que a monogamia é uma grande estrutura que orienta e define a vida privada e as práticas afetivas, sendo determinante da construção e articulação dos grupos sociais, de forma que prescreve e normatiza como, quando, quem e de que maneira se deve sentir, desejar e amar.

Atualmente, o questionamento sobre a ideia da monogamia como arranjo natural tem tomado mais espaço, sobretudo no campo da antropologia, psicologia e direito (Gonçalves, 2022; Nuñez et al., 2021; Santiago, 2014). A discussão acerca desse tema também tem permeado outros espaços sociais e está presente, principalmente, na internet, em blogs, matérias de revistas e redes sociais (Klein, 2022; Whiteman, 2022).

Bradon (2010) indica que não há evidências de que a monogamia seja natural e que grande parte da população mundial não é sexualmente monogâmica. Barash e Lipton (2001) demonstraram, inclusive, que nem mesmo entre os animais a monogamia é natural, afirmando que a maior parte dos mamíferos não é monogâmica naturalmente.

Estudos sobre a história da humanidade (Morgan, 1877) sugerem que o desenvolvimento da monogamia se deu com a passagem das dinâmicas familiares que ocorriam na pré-história à civilização e levou à gênese da família monogâmica patriarcal, que se estabelece até os dias de hoje como modelo predominante de família ocidental (Lessa,

2012; Rotondano, 2018). Sua disseminação e ascensão se deu não só pela demanda de concentração e transmissão de propriedades privadas, e de esclarecimento da paternidade masculina, mas também pela dispersão de preceitos e de normas cristãs, que corroboram e defendem um modo de vida rigorosamente monogâmico (Rotondano, 2016). Assim, a estrutura da família nuclear ocidental seguiu, de modo eminente, o modelo de organização monogâmico (Rotondano, 2016; Ruzik, 2005).

A noção de família passou, ao longo do tempo, por atualizações que refletem novas necessidades, dinâmicas e mudanças na sociedade. A metamorfose da entidade família, com a introdução, permanência e/ou superação de características que a constituem, depende, nesse processo evolutivo, de sua adequação e utilidade à realidade social de determinado contexto histórico e cultural (Quadros, 2004). A construção de núcleos familiares e de relacionamentos alternativos à monogamia parece estar ganhando mais espaço e visibilidade no contexto brasileiro atualmente (Cardoso et al., 2022; Quadros, 2004; Rotondano, 2018; Scott, 2009). Além disso, mesmo não se opondo, explicitamente ou declaradamente, a tal modelo, as práticas adotadas por pessoas monogâmicas demonstram contradição com os valores monogâmicos (Silva et al., 2022; Silva, 2022), o que contribui para o questionamento dessa concepção naturalizada de monogamia.

Por meio de um olhar psicossociológico, amparado na Teoria das Representações Sociais (TRS), compreende-se que o modo como as pessoas se organizam em sociedade e vivem seus relacionamentos é, além de resultado de um processo sócio-histórico, expressão das suas Representações Sociais (RS). Estas, de acordo com Moscovici (2007), são um conhecimento do senso comum que orienta e justifica práticas. As RS são, em alguma medida, condição para as práticas (Rouquette, 1998), ou seja, no que tange à prática monogâmica naturalizada no Ocidente, e mais especificamente no Brasil, pode-se dizer que estas são orientadas pelas RS dos grupos sociais.

Embora a prática monogâmica vigore de forma majoritária, sabe-se que relações extraconjugais e traições também fazem parte da realidade das pessoas que praticam e defendem a monogamia como modelo ideal (Silva et al., 2022). Os embates e questionamentos sobre a norma monogâmica são relevantes para a manutenção e/ou modificação de representações e práticas sociais a ela relacionadas. As incoerências observadas nas práticas monogâmicas e o *boom* dos movimentos não monogâmicos podem indicar uma modificação no pensamento social e na compreensão sobre a monogamia.

A não monogamia pode ser descrita como um conceito abrangente, compreendida como uma categoria ampla que apresenta um leque de possibilidades incluindo movimentos políticos, práticas relacionais, visões de mundo. Enquanto categoria ampla, a não monogamia expressa, fundamentalmente, a busca por uma ruptura com a lógica hegemônica monogâmica (Lima Junior, 2021).

A não monogamia constitui um espectro de arranjos de relações, ideais e práticas que se opõem, em alguma medida, à norma monogâmica. Nesse sentido, seria mais bem apresentada no plural, como não monogâmias, justamente por englobar diferentes modelos que, em menor ou maior grau, buscam romper com a norma hegemônica monogâmica. A exemplo, alguns movimentos não monogâmicos tendem a se alinhar de forma mais crítica, pensando dimensões da vida coletiva e se opondo de forma mais radical, ao passo que há movimentos com práticas mais inclinadas à liberdade sexual individual, que compreendem a monogamia como apenas uma dinâmica relacional e não como um sistema estruturado. De toda forma, os subgrupos que constituem o grupo social não monogâmico questionam a normatividade da monogamia e rompem com as prescrições desta norma (Lima Junior & Miranda, 2022).

Uma vez que as RS compõem a visão de mundo dos grupos sobre diversos objetos e fenômenos sociais e que as relações e interações com o mundo são pautadas por sistemas de

representações (Brandão et al., 2020; Wachelke, 2005), torna-se relevante o desenvolvimento de estudos que busquem entender a forma como os sujeitos lidam com suas vidas e relações e como as conduzem.

Diante da crescente modificação das dinâmicas de organização familiar e relacional, bem como das incoerências prevalentes entre discurso e prática de pessoas que se reconhecem monogâmicas, analisar RS sobre a monogamia e não monogamia para pessoas que se reconhecem como monogâmicas e pessoas que se reconhecem como não monogâmicas configurou-se uma empreitada interessante. Por não terem sido encontrados trabalhos que se debruçaram sobre a monogamia e a não monogamia sob a ótica da TRS, interessou-nos investigar de forma exploratória suas possíveis RS.

Para tanto, é importante resgatar brevemente algumas questões centrais para a realização deste estudo, tais como a compreensão da monogamia como construção social, a imposição da monogamia como norma, a apresentação breve do fenômeno da não monogamia e, por fim, a justificativa para a realização da pesquisa.

1.1 A Monogamia como Construção Social

São diversas as teorias a respeito do surgimento da monogamia (Barash; Lipton, 2001; Engels, 1884; Fisher, 1992). Segundo Lewis Morgan (1877), um dos principais estudiosos da antropologia evolucionista, a história da origem e do desenvolvimento da família monogâmica ocorreu em um processo escalar e ascendente, passando de um estado de selvageria até chegar à civilização. Engels (1884) amadurece os estudos de Morgan (1877) e indica que a gênese da família monogâmica patriarcal ocorre a partir da passagem das dinâmicas familiares que ocorriam na pré-história, do estado selvagem, da barbárie, da pré-civilização à civilização. Na tese de Engels (1884), a dinâmica monogâmica passou a ser interessante principalmente para os homens, pois eles teriam mais controle sobre suas

propriedades e heranças, a partir da certeza das filiações, e, conseqüentemente, exerceriam mais controle e poder sobre a sexualidade feminina (Lessa, 2012; Rotondano, 2018).

Já a antropóloga Helen Fisher (1992), em sua teorização, sugere que um nômade, nos primórdios da humanidade, não seria capaz de recolher recursos suficientes e de defendê-los para muitas pessoas, bem como não conseguiria cuidar de muitas esposas ou protegê-las de outros, principalmente em função do estilo de vida nômade. Nesse sentido, sua possibilidade de sobreviver e procriar seria através da alternativa de escolher uma única fêmea para que o acompanhasse na caminhada nômade e com ela criar sua prole, tendo assim maior possibilidade de conseguir prover recursos e assegurar proteção. Segundo Fisher (1992), a monogamia surgiu em decorrência do desafio de sobrevivência, e os vínculos conjugais eram organizados para durar apenas o período em que a prole ainda fosse dependente.

Barash e Lipton (2001) demonstram que a sociedade e os seres humanos não são monogâmicos por natureza e que parte dos animais também não é monogâmica, ao contrário das suposições. No livro *O mito da monogamia*, de 2007, os referidos autores indicam que a monogamia ocorre por necessidade ou demanda de sobrevivência, não sendo uma atribuição própria dos seres humanos e não ocorrendo de forma natural em parte dos animais.

A manutenção da monogamia e sua característica de norma tiveram forte influência da ascensão do cristianismo no Ocidente, que carrega preceitos estritamente monogâmicos. Oficializado como religião do Império Romano e expandido às nações europeias, o cristianismo fez parte do processo de invasão dos europeus às Américas e da colonização; por consequência, trouxe consigo o modelo monogâmico de civilização cristã. Modelos afetivos e conjugais que fugissem da monogamia eram considerados como perigosos à ordem social e à boa civilização (Rotondano, 2018).

O ponto que gostaríamos de destacar com a explanação acima de algumas das principais hipóteses sobre o desenvolvimento da monogamia é que nos parece que, em ambas

as hipóteses, a monogamia se estruturou no contexto social a partir de uma construção. Ou seja, ela passa a compor a realidade das sociedades a partir de necessidades ou objetivos de acordo com os contextos histórico, social e cultural e, com isso, ela foi e é construída socialmente. Seja por uma necessidade de sobrevivência, seja por uma regulação de hierarquia e controle de gênero, seja em função da administração de posses, a monogamia se desenvolveu por demonstrar ter função na vida cotidiana. Nesse sentido, os principais estudos sobre o surgimento e o desenvolvimento da monogamia (Barash; Lipton, 2001; Engels, 1884; Fisher, 1992; Morgan, 1877) subsidiam a afirmação de que a monogamia não é uma condição natural, inata, mas sim uma produção social.

A compreensão da monogamia enquanto uma construção social conflui com a visão da TRS, que nos indica que a realidade é sempre socialmente construída, uma Representação Social (RS) estruturada da realidade, em que os grupos se apropriam da realidade, a reconstróem em seus sistemas cognitivos e a incluem, a partir disso, em seus sistemas de valores (Abric, 2000).

A monogamia e os seus valores se organizam principalmente por meio da família e é inegável a polimorfa realidade familiar da sociedade contemporânea. O paradigma familiar permanece em processo de ebulição. Atualmente, no contexto latino-americano, a organização familiar tem expressado diversas variações. Scott (2009) fala sobre o uso do termo família no plural, haja vista a dimensão das variações dos arranjos familiares.

Cardoso et al. (2022) indicam a existência de diversos tipos de família na atualidade, a saber: família tradicional por casamento, união estável, família monoparental, família anaparental, família mosaico, família homoafetiva. Exceto na família monoparental, pois nela não há cônjuge, os modelos de famílias citados pressupõem a monogamia como organização. As pesquisadoras destacam a configuração de famílias poliafetivas como único modelo que se oporia ao monogâmico por estabelecer, nessa dinâmica, uma convivência amorosa com

três ou mais pessoas. Apesar disso, as autoras (Cardoso et al., 2022) também apontam que não há consenso sobre a definição de poliamor e que, ademais, ele também pode se fundar em preceitos liberais e reprodutores da monogamia em alguma escala.

As constantes transformações da família, que ocorrem principalmente no Ocidente, intensificaram-se especialmente no século XX, por influência de fenômenos sociais como, por exemplo, a integração da mulher no mercado de trabalho, o aumento das opções e do acesso a métodos contraceptivos, o aumento das uniões estáveis e a crescente de divórcios, assim como a diminuição da importância do casamento (Jablonski, 1998; Singly, 2000, 2007). Ainda, na metade do século XX, a realização afetiva e sexual também passou a ser considerada como importante para o estabelecimento e a manutenção de vínculos conjugais (Aboim, 2009; Giddens, 1993).

Apesar da constante transformação nas práticas e estruturas relacionais, a monogamia ainda é o modelo majoritário prevalecente no Brasil e no Ocidente. O nível de introjeção e adesão à mesma atribui caráter de norma hegemônica, de forma tal que a aceitamos sem nem pensarmos sobre, sem nem considerarmos outra coisa como possível. Mesmo que a monogamia seja uma construção social, ainda lidamos com ela como a forma correta/natural de se relacionar.

De acordo com Flament (1994, 2001), uma norma é uma prescrição, e uma prescrição define o que se pode ou não fazer, o que é certo ou errado fazer, o que é possível ou impossível de ser feito. Nesse sentido, a monogamia como norma hegemônica ainda prescreve a forma certa de se relacionar. Suas prescrições têm sido solo fértil não só para manutenção da norma e das práticas monogâmicas, mas também para os movimentos contranormativos não monogâmicos. Diante disso, iremos apresentar o caráter normativo da monogamia no Brasil na próxima seção e, na sequência, falaremos da não monogamia como fenômeno emergente.

1.2 Família Brasileira e a Norma Monogâmica

De acordo com Pereira (2012), no Brasil, a monogamia se estabeleceu não só como norma social incorporada pelos valores do cristianismo, mas também como norma jurídica, fundamental para a organização das relações familiares. Com caráter de norma social, a monogamia é compreendida majoritariamente como único modelo aceitável de convivência e de estabelecer relacionamento e constituir família, sendo este o modelo “certo” (Rotondano, 2016). Ainda, seu caráter de norma social faz com que a sociedade se restrinja à monogamia, embora não pense se concorda com ela ou não (Santiago, 2014).

Para o ordenamento jurídico brasileiro, mesmo que o termo não apareça de forma explícita e direta, a monogamia é princípio para a família matrimonializada, expresso na Constituição de 1988 por meio da condição de exclusividade afetiva, física e sexual no que se refere ao compromisso com a fidelidade (Viegas & Poli, 2015).

Amparada por tal ordenamento jurídico e por influência sociorreligiosa, a monogamia também se tornou referência para outras modalidades familiares, como a união estável, que teve o status de família reconhecido. Ainda, o artigo 235 do Código Penal brasileiro prevê pena de reclusão de dois a seis anos para prática da bigamia, que é considerada um crime contra a família, ou seja, ocorre em casos de pessoas que já são casadas e contraem casamento novamente, reforçando a referência à monogamia através do seu princípio de exclusividade afetiva e sexual como norma e prezando pela manutenção da moral e dos bons costumes (Viegas & Poli, 2015).

Para Quadros (2004), a manutenção da monogamia garante à família brasileira e às demais relações afetivas uma estabilidade que seria necessária para o cuidado e para o desenvolvimento do homem, sendo ainda o modelo que melhor auxiliaria as expectativas da sociedade contemporânea. Rotondano (2018) aponta que, apesar de reconhecer a imposição

da monogamia como norma estruturada, inclusive, pelo ordenamento jurídico, o Brasil tem vivenciado um momento de mudança quanto ao modelo monogâmico.

Alguns avanços sociais, tais como o fim da indissolubilidade do casamento, que permite o divórcio, o reconhecimento judicial dos casais homoafetivos, os registros em cartório de uniões poliamorosas, têm contribuído para o questionamento da norma monogâmica. Também o reconhecimento jurídico da afetividade como elemento basilar na constituição familiar contribuiu para dar espaço para outras construções familiares que não a da família monogâmica nuclear (Quadros, 2004). Todavia a monogamia segue como norma vigente no Brasil, sustentada por pilares fundamentais da sociedade, como a religião cristã, a cultura, a moral e a organização do Estado estruturada no ordenamento jurídico do país.

O fenômeno da monogamia, enquanto RS da realidade estruturada e contextualizada cultural e historicamente, demonstra uma visão funcional da realidade, que foi aderida e compartilhada entre os grupos sociais e, por isso, contribui também para a própria manutenção da sua posição normativa e natural, compreensão estabelecida no imaginário social. Embora apresente caráter hegemônico inegável, a monogamia vem sendo confrontada por um grupo distinto e amplo, mas que possui algumas práticas em comum: as que rompem, em alguma proporção, com as prescrições monogâmicas. Na próxima seção apresentaremos algumas compreensões sobre a não monogamia e o nosso ponto de partida para compreendê-la nesta pesquisa.

1.3 A Não Monogamia

Podemos dizer que a não monogamia enquanto fenômeno social é recente. As práticas que rompem de alguma forma com a monogamia (poliamor, *swing*) começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 1960. Isso ocorre a partir de movimentações sociais e políticas em direção ao questionamento do casamento, dos papéis de gênero e da sexualidade

(Perez & Palmas, 2018). Apesar disso, essas práticas ainda permeavam espaços privados e apenas atualmente têm alcançado maiores proporções.

Atualmente, a não monogamia é um tema em evidência, principalmente na internet (Gonçalves, 2022; Klein, 2022; Nuñez et al., 2021; Santiago, 2014; Whiteman, 2022). A posição de oposição da não monogamia parece favorecer dois processos: o de reconhecimento social da monogamia como norma hegemônica e o fortalecimento da não monogamia como uma oposição válida. Van Djik (1998) sugere que é a ocorrência de um conflito de interesse e de questionamento de crenças comuns que faz com que uma cultura hegemônica seja percebida como hegemônica. Nesse caso, podemos considerar que o movimento não monogâmico evidencia a norma monogâmica com seu posicionamento contrário a ela.

As definições sobre não monogamia não são consensuais entre os estudiosos. A depender das considerações, das diferentes formas de relações abertas, como namoro e casamento aberto, o poliamor e as práticas de *swing*, podem ser compreendidas como estando mais dentro do campo da monogamia e, em outras perspectivas, podem ser práticas reconhecidas como não monogâmicas (Bornia Junior, 2018; Lima Junior, 2021).

Por romperem, em alguma medida, com as prescrições monogâmicas é que as diferentes práticas se organizam como monogâmicas ou não, nesse caso também se organiza uma disputa pelo termo não monogamia. Vejamos, as relações abertas permitem a flexibilização de acordos monogâmicos, especialmente em relação a interações sexuais com indivíduos externos a relação. Sob essa configuração, observa-se a manutenção da estrutura central do casal e da hierarquia entre os vínculos, embora a exclusividade afetiva e sexual não seja prevalescente. No poliamor, vemos uma dinâmica relacional que rompe em alguma proporção com a ideia de exclusividade monogâmica, mas a preserva na medida em que conserva uma dinâmica nuclear, embora essa seja ampliada. Comumente, os trisais

exemplificam o poliamor, mas este também pode ser composto por demais acordos, configurações e participantes. A prática do swing, que também implica em quebras momentâneas da exclusividade monogâmica, envolve a troca ocasional de parceiros entre casais, sendo considerada uma prática liberal que não desafia diretamente a estrutura monogâmica de forma deliberada (Bornia Junior, 2018; Lima Junior, 2021; Lima Junior & Miranda, 2022). Nesses casos, parece que as escolhas se limitam a pensar a monogamia e a não monogamia enquanto dinâmicas de relação, diferentemente de outras propostas não monogâmicas.

Para além das modalidades supracitadas, também se consideram as práticas que ampliam a compreensão da monogamia, e por isso da não monogamia também, como uma estrutura do nosso sistema social. Ou seja, existem práticas não monogâmicas que têm em seus objetivos a oposição ativa e consciente à norma monogâmica, como é o caso da chamada Anarquia Relacional e da Não Monogamia Política (Lima Júnior & Miranda, 2022). Estas, por sua vez, possuem um caráter político e social contra-hegemônico e anticapitalista explícito e se organizam a partir de perspectivas de uma vida coletiva e sem hierarquias, aliando-se a outras lutas estruturais como contra a misoginia, as violências de gênero e o racismo (Lima Júnior & Miranda, 2022; Fernandes, 2022).

Apesar dos questionamentos e dissensos a respeito, a não monogamia pode ser descrita como um termo que abrange diferentes formas de relacionamentos, ideias e práticas que buscam se opor à norma monogâmica (Bornia Junior, 2018; Lima Junior, 2021; Lima Junior & Miranda, 2022). Neste trabalho, optamos por considerar a não monogamia a partir da sua condição inicial e, aparentemente, fundamental: a oposição à norma. Consideramos que quaisquer práticas que visem a contrapor, em alguma proporção, a lógica monogâmica podem ser englobadas ao conjunto das não monogâmias, ao espectro não monogâmico. Partiremos dessa consideração, pois nosso objetivo não é definir o que é ou não uma prática

não monogâmica ideal, mas, sim, investigar sua posição contranormativa em relação à norma hegemônica monogâmica. Relação que é expressa através da própria construção do termo: não monogamia. Nesse sentido, a seguir, apresentaremos a justificativa para escolha do tema e os demais objetivos no trabalho.

1.4 Justificativa do Tema

Consideramos que a discussão a respeito da monogamia e da não monogamia tem relevância por diversos aspectos. Em primeiro lugar, é inegável a existência de diferentes configurações atuais das famílias brasileiras (Cardoso et al., 2022). Nesse sentido, considerando que a monogamia é uma norma social que fundamenta o ordenamento jurídico brasileiro (Viegas & Poli, 2015), este estudo se justifica por trazer destaque para a existência de dinâmicas que se opõem à norma, contribuindo para a visibilidade e a discussão sobre o tema e oferecendo recursos para o desenvolvimento de princípios jurídicos que contemplem outros grupos que não somente o grupo hegemônico, bem como para a formulação de novas diretrizes de políticas públicas.

Em segundo lugar, do ponto de vista social, a não monogamia é associada ao que não é certo, uma vez que se opõe à norma. Sendo assim, compreender e analisar o pensamento social de monogâmicos e não monogâmicos sobre monogamia e não monogamia contribui para a construção de recursos que auxiliem na mitigação de estereótipos e preconceitos existentes no imaginário social a respeito dos grupos e dos fenômenos.

Ademais, esta pesquisa possui relevância teórica, por abordar conceitos pouco trabalhados e desenvolvidos no campo da TRS, como ideologia (Rouquette, 1973; Wachelke, 2013) e sistema representacional (Wachelke, 2013), e também metodológica, por utilizar métodos específicos da abordagem estrutural da TRS (Moliner, 1989; Sá, 1996; Wolter et al., 2016), que são pouco utilizados tanto em dissertações quanto em teses de Psicologia Social.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar a representação social sobre monogamia e não monogamia para dois grupos distintos – pessoas que se reconhecem como monogâmicas e pessoas que se reconhecem como não monogâmicas.

1.5.2 Objetivos Específicos

a) Identificar e confirmar o conteúdo e a organização interna de representações de relacionamento romântico, relacionamento monogâmico e relacionamento não monogâmico para pessoas monogâmicas e não monogâmicas;

b) Analisar a condição da RS de monogamia e de não monogamia como autônoma ou não autônoma para os grupos monogâmicos e não monogâmicos;

c) Investigar a presença de elementos normativos e contranormativos na RS de monogamia e de não monogamia para monogâmicos e não monogâmicos.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria das Representações Sociais

A publicação da obra *La psychanalyse, son image et son public*, de Serge Moscovici, introduz a noção de representações sociais (RS) na psicologia social com o objetivo de “redefinir os problemas e os [seus] conceitos” (Moscovici, 1976, p. 16) por meio de questionamentos sobre como o homem compõe sua realidade, sobre como os grupos operacionalizam o conhecimento consensual. Moscovici (1961) demonstra a importância da dimensão de nível empírico através da elucidação das funções das RS na vida cotidiana de forma a destacar a relevância da participação ativa do indivíduo na construção de sua realidade (Jodelet, 2001; Lahlou, 2011).

A definição de RS é admitida por Moscovici (1976) como complexa de ser feita com exatidão pelo risco de reduzir e limitar seu alcance conceitual. Apesar disso, Denise Jodelet (1989), de forma concisa e com adesão da comunidade científica, define as RS como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre à construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 36).

Segundo Sá (1996), não se pode falar sobre RS sem indicar o conjunto social que a mantém, logo, RS é sempre de um grupo de sujeitos que representa, sobre alguma coisa, o objeto representado. Assim, as RS são um tipo de saber prático que associa um sujeito (grupo social) a um objeto de RS. Contudo Flament e Rouquette (2003) afirmam que os fenômenos sociais não têm contornos tão bem definidos, não havendo exatamente fronteiras que determinem um fenômeno; isso em função da complexidade das dimensões da realidade social. Nesse sentido, pensaremos através da noção de sistema representacional (Brandão et al., 2020) para tratar da relação entre RS ou de um conjunto de representações. Silva et al. (2012) sugerem que “todos os objetos e os elementos representacionais presentes em um sistema representacional estão inter-relacionados de tal forma a dar coerência e sentido a esse

sistema representacional, como uma rede de significações e símbolos” (p. 441), e, com isso, as RS conseguem ser mais bem contextualizadas e compreendidas.

Moscovici (1961) e Jodelet (1989) falam de campo representacional, ou rede de representações, partindo da compreensão de que o conhecimento social é atravessado por um conjunto de RS e de elementos de representações. Destacam que a inter-relação desses objetos que compõem um determinado campo representacional é o que atribui sentido e coerência, formando uma rede com significados. Apesar de o sistema representacional e de o campo representacional serem conceitos que se aproximam, partiremos da noção de sistema representacional, por ser oriundo da abordagem estrutural, que embasa o presente trabalho.

A título de exemplo, se pudermos considerar a monogamia como possível gestora de sistemas representacionais, ela estaria responsável por organizar RS de família, casamento, amor, namoro, entre outras. Bem como acreditamos que, por seu caráter hegemônico, ela geriria em seus sistemas, inclusive, também objetos contranormativos, como pode ser o caso da não monogamia.

Com isso, as RS podem ser entendidas como sistemas de interpretação que regem nossa inter-relação com o meio social. Através das RS, carregadas de significação e estruturadas no contexto social, os grupos constituem uma visão funcional da realidade, que é reconhecida, aderida e compartilhada entre eles (Abric, 1994a; Jodelet, 2001; Moscovici, 2001).

Por meio da TRS, Moscovici (1961, 1976) traz ênfase à comunicação social como meio pelo qual os indivíduos constroem suas realidades cotidianas de forma ativa, bem como a utilidade da comunicação para “elaboração de um objeto social pela comunidade, a fim de se comportar e de se comunicar” (Moscovici, 1963, p. 251). Moscovici (2003) ainda destaca o valor do conhecimento do senso comum como um saber em si e evidencia que, apesar de não se comparar ao conhecimento científico, o saber do senso comum é um saber legítimo,

regido por lógicas próprias e fundamental para a criação social coletiva (Jovchelovitch, 2011; Moscovici, 2003).

A formação e a manutenção das RS ocorrem através da e na linguagem e comunicação, ou seja, na produção do discurso. É mediante os diferentes estilos de comunicação e pensamento que as RS se formam, se descobrem e se expressam (Marková, 2017). A linguagem e a comunicação foram inseridas como elementos centrais na psicologia social a partir do desenvolvimento da TRS, destaca Marková (2006). Nesse sentido, Moscovici (2007) apresenta uma noção de RS que parte do senso comum, do conhecimento e da comunicação e teve como foco não somente argumentar que a construção social da realidade era organizada através de RS, mas que essa organização também é influenciada pela comunicação e, da mesma forma, a torna possível (Marková, 2017).

De acordo com Moscovici (2003), as formas de conhecimento que circulam no mundo social se distinguem em dois universos: o universo consensual e o universo reificado. É no universo consensual que os grupos sociais criam suas teorias populares de senso comum, cheias de sentido e finalidade para suas realidades, é nele que as pessoas falam através dos seus lugares nos grupos. As RS são o meio pelo qual podemos compreender o universo consensual (Moscovici, 2003). Já o universo reificado é o universo da racionalidade, da teorização, ou seja, está relacionado com todo conhecimento científico. Logo, o universo reificado pode ser compreendido como ciência. Ambos são difundidos de maneiras diferentes, o conhecimento do universo consensual, através da comunicação cotidiana, e o conhecimento do universo reificado, através de meios de comunicação específicos da ciência, como jornais, livros, congressos, entre outros (Moscovici, 2003).

Interessa, com a descrição acima, a compreensão de que o universo consensual e o universo reificado coexistem e que, com a multiplicação do saber científico, que é restrito a uma pequena parte da sociedade, e inacessível à sua grande maioria, há uma transposição e

reapresentação desse saber a um mundo consensual (Moscovici, 2003). O universo consensual apreende essa transferência, em um primeiro momento, com estranhamento, e é a partir desse processo de estranhamento que as RS começam a tomar forma, como veremos a seguir.

As RS surgem, então, no processo de tornar o não familiar, o estranho, o novo em algo familiar, reconhecido e compreendido (Sá, 1996; Moscovici, 2001). Para tanto, o processo de tornar familiar o não familiar envolve dois mecanismos sociocognitivos, a saber: ancoragem e objetivação. Esses dois mecanismos basilares são interdependentes e constituem parte fundamental na gênese das RS através de um processo de elaboração de pensamento baseado na memória e em experiências passadas (Moscovici, 2007). Para Jodelet (1984, 1988), a ancoragem e a objetivação são “processos maiores que dão conta da forma pela qual o social transforma um conhecimento em representação e [d]a forma pela qual esta representação transforma o social” (p. 367).

A ancoragem, de acordo com Moscovici (2007), é um mecanismo que tenta fundamentar ideias que são estranhas, não familiares, em uma categoria familiar pela qual se passa a fazer sentido e da qual podemos nos apropriar. Ancorar é “classificar e dar nome a alguma coisa” (Moscovici, 2007, p. 61), classificar o que até então era inclassificável, levando-nos a nos familiarizar com aquilo que não nos era familiar. Fundamental para a RS, o processo de ancoragem subsidia que se possa falar sobre algum fenômeno, avaliá-lo e comunicá-lo e que, com isso, seja possível o imaginar e representar (Moscovici, 2007).

Já o processo de objetivação torna concreto o que é abstrato e complexo (Trindade et al., 2011) e o faz com apoio daquilo que nos é familiar. Nesse processo, algumas informações são selecionadas, se ajustam e podem assumir papéis diferentes do que os que assumiram em suas estruturas e contextos originais de produção; elas passam, assim, a fornecer condições para a reprodução de um conceito em uma imagem (Moscovici, 2007). Encher o que está

vazio, materializando um significado, de modo a “transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (Moscovici, 2007, p. 71).

As RS reestruturam a realidade e, nesse sentido, elas não se configuram apenas como um reflexo manifesto da sociedade. A realidade é uma representação da realidade, ou seja, os indivíduos e grupos se apropriam da realidade, a reconstruem em seus sistemas cognitivos e a incluem em seus sistemas de valores (Abric, 2000). Em toda dinâmica supracitada, a dimensão histórica e os contextos social e ideológico que cercam os indivíduos e grupos têm papéis importantes na construção e reconstrução das realidades sociais (Abric, 2000). Tal como um sistema de referências, as RS permitem que os grupos possam atribuir sentido à sua realidade, organizando-a (Abric, 1994a).

De acordo com Abric (1994a), as RS exercem quatro funções essenciais na dinâmica das relações e das práticas sociais, que consistem em: 1) função de saber; 2) função identitária; 3) função de orientação; e 4) função justificadora. Conforme Abric (1994) aduziu as quatro funções supracitadas, as elucidaremos aqui.

A primeira função, função de saber, permite que, através da criação de teorias ingênuas, os conjuntos sociais consigam compreender e explicar suas realidades por meio da aquisição e inclusão de conhecimentos nas suas realidades, assimilando-os em conformidade com seus funcionamentos cognitivos e seus valores. Além de favorecer a comunicação, as interações sociais e a transmissão e propagação desse saber ingênuo (Abric, 1994a; Moreira & Oliveira, 2000).

A segunda função, a identitária, circunscreve a identidade social dos sujeitos e os localiza nos conjuntos sociais a partir do reconhecimento de valores e normas sociais por eles compartilhados, o que, por sua vez, favorece a manutenção das características do grupo. É uma função que também se mostra importante nos processos de socialização, de

categorização e comparação social e de controle social (Abric, 1994a; Moreira & Oliveira, 2000).

A terceira função é a função de orientação e destaca o papel das RS como guia para as ações. Elas orientam, prescrevem as práticas e são reflexo das normas, prescrevendo o que é permitido e lícito para determinados contextos e conjuntos sociais, produzindo um sistema de antecipações e de expectativas sobre a realidade social (Abric, 1994a; Moreira & Oliveira, 2000).

Além de as RS exercerem funções fundamentais antes das práticas, as prescrevendo e orientando, também podem agir *a posteriori* na avaliação das práticas, através da função justificatória. A função justificatória permite aos sujeitos explicarem e justificarem suas decisões e comportamentos depois de realizados (Abric, 1994a; Moreira & Oliveira, 2000).

A TRS proposta por Moscovici pode ser lida como uma grande teoria que, ao se fundamentar como base, foi e é solo fértil para o desdobramento de correntes teóricas complementares (Sá, 1996). Dentre seus desdobramentos teóricos, destacam-se três pesquisadores: Denise Jodelet, que propôs a abordagem processual (ou culturalista) em Paris, que privilegia a compreensão do simbólico através de um enfoque histórico e cultural e se coloca mais fiel à teoria original de Moscovici; Willem Doise, em Genebra, que desenvolveu a abordagem societal, esta com ênfase sociológica; e Jean-Claude Abric, que propôs a abordagem estrutural, destacando a dimensão cognitivo-estrutural das RS em Aix-em-Provence (Sá, 1998). Cabe destacar que a cientista social Ivana Marková tem contribuído de forma relevante para a TRS com sua abordagem dialógica, discutindo, sobretudo, o papel da linguagem e da dialogicidade para a psicologia social (Carvalho, 2009; Marková, 2007; Paula & Kodato, 2016).

O presente estudo terá como referencial teórico a Teoria do Núcleo Central (TNC). Uma abordagem que traz em sua proposta teórica a hipótese de organização interna das RS em estruturas (Abric, 1994a, 1994b), como será mais bem detalhado no tópico a seguir.

2.2 Abordagem Estrutural das Representações Sociais

Com o objetivo de explicá-las, Abric (1994b) sugere que toda RS é organizada por um sistema duplo, tendo, cada um deles, funções específicas, mas também complementares. Existiriam, então, um núcleo central e um sistema periférico (Abric, 1994a; Sá, 1996).

É o núcleo central a base da RS, que é mais consensual e que define a homogeneidade do grupo social, é ligado à memória coletiva e reflete o contexto social e histórico e os valores dos grupos (Sá, 1996). O núcleo central tem a estabilidade como característica fundamental, é coerente, rígido e resiste a mudanças por ser pouco sensível às influências imediatas da dimensão social e material da realidade e, por isso, garante a permanência, manutenção e continuidade às RS (Sá, 1996).

O núcleo central executa duas funções primordiais: uma função geradora, visto que é ao redor do núcleo que se criam e transformam os significados dos demais elementos da RS; e uma função organizadora, pois é através do núcleo central que se determinam os laços e conexões entre os elementos de uma RS (Sá, 1996). Ainda, ele pode ter duas dimensões diferentes, uma dimensão funcional, que se ativa em situações com finalidade de realização de uma tarefa, e uma dimensão normativa, que se acessa em situações que envolvem ideologia, normas sociais e contextos socioafetivos (Abric, 1994a).

Por sua vez, é, através do sistema periférico, que as experiências e as histórias individuais se integram às RS. Ele é sensível ao contexto imediato, sendo flexível e negociável, conseguindo suportar contradições (Sá, 1996). As funções do sistema periférico são a de adaptação à realidade vivida, a de proteção do núcleo central e a de diferenciação dos conteúdos da RS (Sá, 1996).

Convém ainda destacar que Flament (1994) define dois tipos principais de RS: representações autônomas, em que sua organização central está situada no próprio objeto; e representações não autônomas, em que seu núcleo central está localizado em uma RS mais global, ou seja, fora do próprio objeto. RS não autônomas utilizam núcleos centrais de objetos próximos a ela ou do mesmo sistema de RS.

No que diz respeito ao campo de estudos sobre RS, com base em revisão de literatura realizada através da plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), foram encontradas investigações sobre fenômenos como: família (Costa & Tilio, 2020; Fernandes et al., 2017; Vieira & Coutinho, 2019), amor (Nascimento et al., 2015; Pontual & Bonomo, 2019) e namoro (Bertoldo & Barbará, 2006; Oliveira et al., 2007). Os fenômenos investigados nos trabalhos supracitados compõem o sistema representacional de monogamia e se relacionam, mesmo que indiretamente, com a RS de monogamia. Apesar disso, nos trabalhos citados não se destaca a monogamia enquanto elemento explicitamente constituinte das representações investigadas, embora enquanto norma social ela se faça presente na dinâmica das relações e na orientação das práticas sociais. Não foram encontrados trabalhos que tiveram por objetivo investigar especificamente a monogamia enquanto fenômeno social pela ótica da TRS.

No Brasil, orientadas por outras teorias, algumas pesquisas têm trabalhado com a monogamia enquanto objeto de estudo. Essas estão concentradas no campo do direito constitucional e penal, buscando evidenciar a imposição da monogamia enquanto norma que rege a instituição familiar e a dimensão das conjugalidades no país (Quadros, 2004; Lessa, 2012; Neto & Barbosa, 2021; Pinto Vieira & Bianchini, 2022; Rotondano, 2018). Já as pesquisas internacionais sobre monogamia se destacam no campo da saúde e do comportamento sexual (Conley et al., 2022; Kelberg & Martinson, 2021; Levine et al., 2018), bem como nas áreas da etologia (Díaz-Muñoz & Bales, 2016; Lukas & Clutton-Brock, 2013).

Para Flament (1994, 2001), as RS têm um caráter de norma, pois, além da sua condição descritiva, também possui função prescritiva. A prescrição parece autorizar o que é “certo” e “errado”. Na subseção a seguir, buscaremos apresentar o caráter normativo das RS e como ele pode se organizar na estrutura do pensamento social e, a partir disso, pensar o caso da monogamia e da não monogamia e de seus respectivos grupos.

2.3 Ideologia, Normas e Mudança Representacional pelas Minorias

Rouquette (1973) sugere que o pensamento social assume diferentes formas e possui uma lógica estrutural e hierarquizada. Segundo o autor, o pensamento social, que atua na construção social da realidade, organiza-se através de uma arquitetura (Wachelke, 2013; Wolter et al., 2009). Esse modelo apresentado por Rouquette (1973), chamado de Arquitetura do Pensamento Social, propõe a hierarquia do pensamento social através de níveis, que os organiza a depender da variabilidade intra e interindividual e do seu nível de integração.

De forma condizente com o quadro teórico ao qual nos referenciamos aqui, a TRS e sua abordagem estrutural, a arquitetura do pensamento social (Rouquette, 1973), seguem também uma lógica estrutural por prever a relação entre diferentes níveis do pensamento. Rouquette (1973), autor clássico da abordagem estrutural da TRS, na sua elaboração teórica corrobora com a TNC e, por isso, torna-se referência coerente na nossa discussão. A arquitetura do pensamento social também compreende que nós representamos e percebemos os fenômenos sociais a partir do nosso referencial social e dos grupos dos quais fazemos parte (Wolter et al., 2009).

As formas de pensamento social se distribuem em: opiniões, atitudes, RS sociais e ideologia (Rouquette, 1973; Wachelke, 2013; Wolter et al., 2009). As opiniões demonstram refletir aspectos mais individuais do pensamento social, podendo apresentar grande variação de pessoa para pessoa. As atitudes, que estão acima das opiniões na hierarquia da arquitetura, apresentam as características de serem mais estáveis do que as opiniões, ao passo que geram

as opiniões e seus conjuntos. As atitudes têm por base as RS, que, por sua vez, são conhecimentos estruturados e compartilhados por um grupo, como já vimos de forma extensa até aqui. As RS estão acima das atitudes e opiniões, em um nível de pensamento social mais coletivo, sendo mais estável e resistente a mudanças (Rouquette, 1973; Wachelke, 2013).

No topo da arquitetura do pensamento social, Rouquette (1973) sugere a existência de formações mais abstratas, que seriam as ideologias. A proposição da organização através de uma hierarquia não ocorre à toa; assim como as atitudes geram as opiniões, e as RS geram as atitudes, a dimensão ideológica, sendo o nível mais alto da hierarquia, teria o poder de organizar e estruturar sistemas de RS. Uma ideologia “é altamente abstrata e difusa: não tem nenhum ‘conteúdo’ específico; pelo contrário, é um conjunto de restrições cognitivas que orienta os processos de pensamento” (Wachelke, 2013, p. 170). Nesse sentido, uma ideologia orienta o pensamento de uma sociedade como um todo, apresentando-se como forma de ver o mundo, carregando grandes valores da sociedade e orientando também os critérios de verdade dos grupos (Flament & Rouquette, 2003; Van Dijk, 1998).

O conceito de ideologia que adotamos aqui é de que esta orienta e gera sistemas de RS (Flament & Rouquette, 2003; Wachelke, 2013). Os valores que uma ideologia carrega são transferidos para os sistemas de RS e para as RS pertencentes a eles. Ao passo que esses valores se impregnam nas RS, eles se manifestam nas prescrições das RS, ou seja, nas práticas dos grupos.

Para Flament (1994, 2001), as cognições de uma RS são ao mesmo tempo descritivas (descreve o objeto) e prescritivas (prescreve práticas). Conforme Flament (1994, 2001) aduz, a qualidade prescritiva de uma RS a transforma em um sistema normativo, justamente por prescrever as práticas. Nessa concepção, a prescrição, característica de todas as cognições representacionais, é uma norma.

Uma prescrição é “a totalidade das modalidades das quais uma ação é suscetível a ser afetada: é preciso fazer [...]; podemos fazer [...]; é desejável que se faça” (Flament, 1994, 2001, p. 44), ou seja, pode-se afirmar que as RS

funcionam como uma norma social [...] autorizando o que é considerado “obrigatório” para se definir o objeto ou se relacionar com ele, o que é “comum” (frequente), “eventual” (excepcional) e o que é “aceitável”, “anormal” (contra a norma do grupo para o objeto em questão) (Campos, 2017, p. 42).

Ou seja, os prescritores são esquemas normativos que indicam a possibilidade ou impossibilidade de ação sobre um objeto, considerando o que é ou não normal, comum, eventual.

Para Flament (1994, 2001), os elementos prescritivos de uma RS se dividem em absolutos e condicionais. As prescrições absolutas refletem as ideias inegociáveis e abstratas do núcleo central, e as prescrições condicionais refletem as ideias negociáveis e situacionais do sistema periférico. No caso dos prescritores absolutos, por eles se constituírem a partir do que é inegociável sobre uma RS, eles se constituem enquanto uma norma da RS. Logo, as RS são formadas por normas abstratas e normas condicionais (Flament, 1994; Campos, 2017).

A partir dos prescritores representacionais, Flament (1994, 2001) formula uma proposta de transformação das RS através de uma mudança externa. Essa mudança externa gera a necessidade da adoção de novas práticas, que transformam os prescritores condicionais e, se forem mantidas ao longo do tempo, podem transformar os prescritores absolutos. A transformação dos prescritores absolutos significa uma mudança do núcleo central da RS e, em consequência, de seu significado. Neste trabalho, no entanto, pela natureza do tema, nos parece mais interessante tratar de outro tipo de transformação das RS: a mudança representacional por influência das minorias (Moscovici, 2011; Wolter & Peixoto, 2022).

Moscovici (2011) apresenta, em *Psicologia das minorias ativas*, teses que abordam principalmente os processos de recepção e de emissão de influência social entre as majorias e as minorias. Apesar de não ser o seu objetivo central, Moscovici (2011) trouxe pistas que auxiliam na caracterização do que ele chama de Minorias. De antemão, a primeira distinção a deixar clara é a de que, em se tratar de minorias, Moscovici (2011) não se refere necessariamente a uma condição meramente quantitativa.

As minorias podem ter papel tão relevante quanto o das majorias. Nesse sentido, a sua caracterização ocorre em função da desigual distribuição de poder, em relação à razão ou norma dominante. A posição das minorias está na sua condição de desviante. Com isso, uma minoria pode representar uma opinião reprimida ou recusada. O desvio de uma maioria pode ocorrer por um indivíduo ou grupo não ter recursos psicológicos ou sociais suficientes para aderir à norma ou por uma objeção à norma (Moscovici, 2011). Ainda, embora uma minoria possa ser fraca numericamente (em relação à maioria) ou, ainda, muito dependente (da norma ou da maioria), a sua possibilidade de recusa à norma consensual é o que confere a ela poder e força (Moscovici, 2011).

Moscovici (2011) diferencia o que indica serem o caráter e o distintivo central no processo de tornar um grupo ou subgrupo minoritário em alvo ou fonte de influência social, a sua condição nômica ou anômica. Nesse cenário, as minorias anômicas são os grupos ou subgrupos minoritários que carecem de normas ou de respostas próprias e podem ser definidas por sua relação de referência à norma ou sistema social vigente. Já uma minoria nômica tem sua classificação em função da sua posição contrastante e opositiva em relação à norma ou sistema social vigente (Moscovici, 2011). Segundo Moscovici (2011), é a presença ou ausência de normas e valores próprios que tornam as minorias nômicas (ativas) ou anômicas (passivas). O autor atribui às minorias nômicas ativas, dotadas de opiniões e normas próprias, a capacidade de exercer influência social e de promover mudanças em razão

da sua oposição à maioria. Moscovici (2011), ainda, diferencia características para que uma minoria possa ser ortodoxa (pró-normativa) ou heterodoxa (contranormativa).

No caso de uma minoria nômica, consideramos que o bloqueio de diálogo e de interações dessa minoria, em relação à maioria, e a diferenciação provocada a partir da impossibilidade do consenso sobre a dinâmica relacional monogâmica provocariam contraste e distanciamento do grupo em relação à norma à qual ele se opõe. Nesse caso, existiria a possibilidade de abertura para que a minoria fosse emissora de influência. Moscovici (2011) indica que “as condições necessárias para exercer influência não variam: a pessoa (ou grupo) tem de existir e ser ativa” (p. 99).

A consideração sobre as condições de minorias serem emissoras de influência, no caso da presente pesquisa, mostra-se relevante em função do impacto que pode ocorrer na dinâmica do pensamento social dos grupos em relação às suas RS e na própria ideologia que as organiza. Nesse caso, Moscovici (2011) considera que condições de “existência de um conflito interior, ou discrepância entre os graus de adesão às normas e às opiniões, criam uma predisposição para a mudança e um potencial de mudança” (p. 75), causando uma distância ainda maior entre a minoria heterodoxa e a maioria ortodoxa. Para além disso, uma minoria nômica e ativa parece possuir condições de se manter consistente nos seus valores, apresentando comportamento sincrônico sobre eles, esse que expressa comunhão e coesão de um grupo a respeito de uma ideia, podendo impactar efetivamente às normas e à maioria. Ainda, a defesa de suas ideias contranormativas ao longo do tempo, ou seja, diacronicamente, torna a possibilidade do impacto e da possível transformação da norma ainda mais real.

Neste capítulo, tratamos dos recursos teóricos os quais utilizaremos nesta pesquisa. O fio lógico traçado entre a TRS, a TNC, as proposições da Arquitetura do Pensamento Social e a discussão proposta por Moscovici (2011) sobre a Psicologia das Minorias Ativas e o potencial de emissão de influência nos pareceu necessário para fundamentar a discussão aqui

apresentada e para analisarmos os dados coletados. Este estudo, como já destacado, se propôs a investigar a RS da monogamia e da não monogamia para pessoas que se reconhecem como monogâmicas e pessoas que se reconhecem como não monogâmicas. A escolha teórica e o refinamento metodológico da TNC nos auxiliaram a alcançar os objetivos da pesquisa, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre o assunto, assim como para o aprofundamento do quadro teórico escolhido. Na próxima seção, apresentaremos o método da pesquisa.

3 Método

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa, que se ampara teórica e metodologicamente na TRS, em sua abordagem

estrutural. A parte empírica desta dissertação é dividida em duas etapas¹, que são teórica e metodologicamente complementares (Sá, 1996). A primeira é exploratória e buscou identificar o conteúdo e a possível organização do núcleo central e do sistema periférico na RS dos objetos relacionamento monogâmico (RM), relacionamento romântico (RR) e relacionamento não monogâmico (RNM) para os grupos de participantes monogâmicos (PM) e participantes não monogâmicos (PNM). A segunda teve o objetivo de confirmar o status estrutural das ideias identificadas na etapa 1, além de investigar a presença de elementos normativos e a relação que eles estabelecem entre si, auxiliando a análise das RS a ser autônoma ou não autônoma.

3.1 Etapa I

3.1.1 Participantes

O tamanho da amostra seguiu os critérios indicados por Wolter et al. (2022), em que, se ocupando da análise estrutural das RS, a amostra deverá ser igual ou maior que 100 sujeitos para que se garanta estabilidade dos dados, em se tratando de um grupo que possa ter o pensamento pouco coeso. Assim, participaram desta etapa da pesquisa, 313 participantes, sendo que 124 se reconhecem como monogâmicos (PM) e que 189 participantes se reconhecem como não monogâmicos (PNM).

Entre os 124 PM: 86 (69,35%) se identificaram mulheres, 36 (29,03%), homens, uma pessoa (0,8%) declarou-se não binária, e uma (0,8%), travesti; a média de idade foi de 27,13 anos; quanto à orientação sexual, dividiram-se entre 66 (53,23%) heterossexuais, 35 (28,23%) bissexuais, 21 (16,94%) homossexuais e (1,6%) outros; quanto à caracterização por

¹ Na realidade, foram realizados dois estudos em momentos separados; contudo, por serem entendidos como indissociáveis para a discussão que queremos desenvolver aqui, estão sendo tomados como etapas de uma investigação maior, que é a dissertação propriamente.

cor, etnia ou raça, 83 (66,94%) se declararam brancos, 27 (21,77%), pardos, e 14 (11,29%), pretos; 112 (90,32%) indicaram residir na Região Sudeste do país.

Já entre os 189 PNM: 107 (56,61%) se identificaram como mulher, 52 (27,51%) como homem, 22 (11,64%) participantes como pessoas não binárias, 5 (2,65%) como agênero, 2 (1,06%) como pessoa de gênero fluido, e 1 (1,06%) como mulher trans; a média de idade foi de 30,78 anos; 81 (42,86%) dos 189 PNM são bissexuais, 52 (24,51%), heterossexuais, 32 (16,83%), pansexuais, 17 (8,99%), homossexuais, e 9 (4,76%), indefinidos; 129 (48,52%) participantes se declararam brancos, 31 (16,40%), pardos, 28 (14,81%), pretos, 1 (0,52%), indígena, e 1 (0,52%), amarelo; 137 (72,49%) indicaram residir na Região Sudeste do país.

3.1.2 Instrumento

Os participantes tanto monogâmicos quanto não monogâmicos responderam a um mesmo questionário online (Anexo 1) com a técnica de associação livre de palavras (TALP) (Wolter et al., 2022), sendo solicitada a apresentação de cinco palavras para cada um dos três termos indutores: 1) RR, 2) RNM e 3) RM. A escolha dos termos ocorreu em função do seu potencial de ativação da norma monogâmica ou não. Em outras palavras, optamos por utilizar primeiro o termo indutor RR na tentativa de não ativar a norma por meio dele, depois, apresentamos o termo contranormativo RNM, e, por fim, o termo que faz referência explícita à norma, RM. No final do questionário, foram requeridas informações de cunho sociodemográfico para melhor caracterização dos grupos participantes, tais como: gênero, orientação sexual, cor/raça, idade, região do país em que reside, bem como o posicionamento de cada participante sobre se reconhecer como uma pessoa monogâmica ou não monogâmica.

3.1.3 Procedimento de Coleta de Dados

O questionário online para coleta de evocações livres foi compartilhado por meio da plataforma GoogleForms e divulgado a partir de link de livre acesso para os participantes, sendo acompanhado de instruções de participação em pesquisa de opinião e do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), assinado pela pesquisadora. O link foi compartilhado em diversos grupos de redes sociais (Whatsapp, Instagram), e a coleta de dados foi realizada em dezembro de 2022.

3.1.4 Procedimento de Organização e Análise de Dados

Após a coleta, os dados foram exportados e organizados em um corpus mãe e, posteriormente, distribuídos em mais seis *corpora* específicos para cada termo indutor, sendo três *corpora* de cada evocação referente ao grupo de PM e os outros três *corpora* de cada evocação referente ao grupo de PNM. Foram 4.695 evocações no total, que passaram por lematização, agrupamento de palavras do mesmo radical, correção ortográfica, padronização de letras minúsculas/maiúsculas e palavras no singular.

Para o processamento dos dados, optou-se pela análise prototípica (Vergès, 1992; Wolter et al., 2022), que se fundamenta na ideia de que os elementos da RS que são relevantes em sua estrutura são mais acessíveis e mais rapidamente evocados, sendo assim comumente utilizada para caracterizar a estrutura de uma RS a partir de evocações (Wachelke & Wolter, 2011). A análise prototípica, também conhecida como análise de quatro casas, divide e organiza em quatro quadrantes os dados das evocações e as distribui de acordo com sua frequência e ordem de evocação, caracterizando termos: 1) prontamente evocados e frequentes (zona do núcleo), 2) tardiamente evocados e frequentes (primeira periferia), 3) prontamente evocados e pouco frequentes (zona de contraste), e 4) tardiamente evocados e pouco frequentes (segunda periferia) (Wolter et al., 2022).

Tabela 1

Exemplo de Esquema de Representação do Quadro de Quatro Casas

		Média das ordens médias ponderadas de evocação	
		-	+
Frequência média das palavras evocadas	+	ELEMENTOS DO NÚCLEO CENTRAL	ELEMENTOS DE PRIMEIRA PERIFERIA

Termos prontamente evocados e frequentes	Termos tardiamente evocados e frequentes
ELEMENTOS DA ZONA DE CONTRASTE	ELEMENTOS DE PRIMEIRA PERIFERIA
- Termos prontamente evocados e pouco frequentes	Termos tardiamente evocados e pouco frequentes

Nota. Fonte: A autora.

A análise prototípica foi realizada por meio do software gratuito Interface de *R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). O IRAMUTEQ é um programa que dispõe de diversos recursos para realização de análise lexical em pequeno e grande volume. Esse software disponibiliza diferenciados tipos de análise textuais, de análises simples, clássicas até multivariadas, específicas, que contribuem para o aperfeiçoamento das análises dos dados. O IRAMUTEQ demonstra rigor estatístico, seu processamento pode integrar dimensões quantitativas e qualitativas nas análises. É um software muito utilizado no campo das ciências humanas e sociais por sua diversidade de análises e facilidade de operacionalização e compreensão da sua interface (Camargo & Justo, 2013).

Os dados resultantes dessa etapa 1 serão analisados em conjunto com os resultados da etapa 2, descrita a seguir. O conjunto de dados será interpretado à luz da abordagem estrutural das RS.

3.2 Etapa II

3.2.1 Participantes

Participaram desta etapa da pesquisa, que empregou duas técnicas de confirmação de centralidade (mise-em-cause – MEC e choix-par-bloc – CPB), pessoas maiores de 18 anos que se reconheciam como monogâmicos ou não monogâmicos e com acesso à internet.

No caso da MEC, os critérios estabelecidos para o tamanho da amostra ideal na aplicação não são claramente definidos na literatura. Tal técnica foi proposta por Moliner

(1989), e seu estudo de caráter experimental contou com 22 participantes. As pesquisas de Nogueira (2019) e Paula (2019) se valeram de 60 participantes, adotando-se o critério de 75% de refutação para a confirmação de centralidade através da MEC. Nesse caso, optamos por fazer as análises da MEC também com 60 participantes², seguindo os mencionados estudos.

Para a CPB, participaram da coleta 140 PM e 140 PNM. Os critérios para a amostra no caso dessa técnica também não são claros na literatura (Nogueira, 2019; Paula, 2019; Sá, 1996; Wolter et al., 2023), contudo a maior parte dos estudos envolveu mais de 60 sujeitos, o que nos serviu de orientação para definição do número mínimo de participantes.

3.2.1.1 Caracterização dos participantes – MEC. No caso dos PNM, 28 (42,67%) se identificaram como mulheres cis, 23 (38,33%), como homens cis, 5 (8,33%), como pessoas não binárias, 1 (1,67%), como queer, e 1 (1,67%), como cismasculina. A média de idade foi de 31,73 anos. Quanto à orientação sexual, 22 (36,67%) se declararam bissexuais, 19 (31,67%), heterossexuais, 9 (15%), homossexuais, 9 (15%), pansexuais, 1 (1,67%), assexual, e 1 (1,67%) declarou outros. Quanto a raça, cor ou etnia, 36 (60%) participantes se declararam como pessoas brancas, 14 (23,33%), como pardas, 8 (13,33%), pessoas pretas, 1 (1,67%), pessoa indígena, e 1 (1,67%) pessoa declarou outras.

Quanto aos PM, 42 (70%) eram mulheres cis, 16 (26,67%), homens cis, 1 homem (1,67%), trans, e 1 (1,67%), travesti. A média de idade foi de 27,21 anos; quanto à orientação sexual, 24 (40%) declararam ser heterossexuais, 22 (36,67%), bissexuais, 11 (18,33%), homossexuais, 2 (3,33%), pansexuais, e 1 (1,67%), assexual; quanto a cor, raça e etnia, 35

² Participaram da coleta, 140 PNM e 140 PM, e foram realizadas análises com o N total e com N = 60. Optamos por manter as análises com o N = 60 pois elas apresentaram mais estrutura em seus resultados, além de seguirmos a lógica empregada nas pesquisas de referência que utilizam a técnica (Nogueira, 2019; Paula, 2019).

(58,33%) participantes declararam ser brancos, 16 (26,67%), pardos, 7 (11,67%), pessoas pretas, e 2 (3,33%) participantes declararam outras.

3.2.1.2 Caracterização dos participantes – CPB. Entre os 140 PNM, 87 (62,14%) se declararam mulheres cis, 37 (26,43%), homens cis, 10 (7,14%), pessoas não binárias, 2 (1,43%), homens trans, 1 (0,71%), pessoa agênero, 1 (0,71%), queer, 1 (0,71%), cis masculina, e 1 (0,71%), pessoa trans masculina; quanto à orientação sexual, 63 (45%) se declararam bissexuais, 31 (22,14%), heterossexuais, 23 (16,43%), pansexuais, 21 (15%), homossexuais, 2 (1,43%), assexuais, e 2 (1,43%) declararam outras sexualidades. Declararam-se brancas, 92 pessoas (65,71%), 23 (16,43%), pardas, 21 (15%), pretas, 2 (1,43%), amarelas, 1 (0,71%) indígena, e 1 (0,71%) declarou outras. Além disso, dos 140 participantes, 107 (76,43%) eram da Região Sudeste do país.

Quanto aos 140 PM, 105 (75%) se declararam mulheres cis, 32 (22,86%), homens cis, 1 (0,71%), homem trans, 1 (0,71%), travesti, e 1 pessoa (0,71%) declarou outros para gênero; quanto a orientação sexual, 79 (56,43%) se declararam heterossexuais, 40 (28,57%), bissexuais, 16 (11,43%), homossexuais, 3 (2,14%) se declararam pansexuais, e dois (1,43%), assexuais. Sobre cor, etnia e raça, 96 (68,57%) participantes se declararam brancos, 28 (20%), pardos, 12 (8,57%), pretos, 2 (1,43%), amarelos, e 2 (1,43%) indicaram outras. Dos 140 participantes, 130 (92,86%) residem na Região Sudeste.

3.2.2 Instrumentos

Como já mencionado, foram utilizadas nesse estudo duas técnicas de confirmação de centralidade, a MEC e a CPB, que são técnicas complementares. Nesta etapa, optamos por testar apenas os termos dos objetos RNM e RM, por considerar que o termo RR é um termo que serviu de referência neutra na primeira etapa.

3.2.2.1 Mise-em-cause. A MEC é um método proposto por Moliner (1989) que, por meio de um questionário, verifica o reconhecimento do grupo sobre a RS a partir da negociabilidade dos cognemas apresentados nas perguntas. Com isso, temos a confirmação se tal cognema é negociável ou não para tal grupo (Wolter et al., 2016).

As nove palavras que constituíram a estrutura das frases do questionário MEC (Anexo 3), construído para o presente estudo, foram resultado da análise prototípica realizada no estudo I, tendo sido elas indicadas como elementos do provável núcleo central e da primeira e segunda periferia no quadro de quatro casas. Foram construídos quatro questionários MEC, que se referem às evocações de RNM e RM.

Para os PNM sobre o objeto RM, foram testados os termos *posse, exclusividade, prisão, traição, ciúme, controle, patriarcado, casamento e insegurança*. Para o mesmo grupo e o objeto RNM, foram testados *liberdade, autonomia, confiança, diálogo, afeto, respeito, amor, responsabilidade e cuidado*.

Já para o grupo de PM sobre o objeto RM, foram testados os termos *amor, fidelidade, confiança, respeito, pareceria, traição, casamento, ciúme e casal*. Já para o objeto RNM, foram testados *liberdade, respeito, confiança, amor, ciúme, acordo, desapego, maturidade e sexo*.

3.2.2.2 Choix-par-bloc. Quanto à CPB, ela é um método que usa da dinâmica de hierarquização de termos evocados na análise prototípica para compreender as relações entre os elementos presentes na estrutura de uma RS através das quantidades de relações e das distâncias entre elas (Sá, 1996; Wolter et al., 2023). O instrumento foi adaptado para aplicação online (Anexo 3) e contou com a apresentação de 12 termos em uma coluna, dentre os quais os participantes deveriam indicar os quatro mais característicos em relação ao termo indutor, os quatro menos característicos e os quatro restantes.

Diferentemente da MEC, em que foram testados nove termos, na CPB foram testados doze. Os termos testados foram, além dos nove termos da MEC, mais três, posteriormente incluídos. Para o grupo de PNM, no caso do objeto RM, foram incluídos os termos *amor*, *violência e família*, e, para o objeto RNM, incluímos: *companheirismo*, *honestidade e autoconhecimento*. Já para o grupo de PM, no caso de RNM, foram adicionados *diálogo*, *compreensão e traição* e, para RM, os termos *amizade*, *paixão e exclusividade*.

3.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada de modo online, utilizando o GoogleForms. Os questionários foram disponibilizados nos mesmos grupos das redes sociais onde foi realizada a primeira etapa da pesquisa. Contudo ter participado do primeiro estudo não foi um critério para participar do segundo. Foi disponibilizado um TCLE assinado pela pesquisadora com as orientações para participação de pesquisa de opinião e mais esclarecimentos.

3.2.4 Procedimento de Organização e Análise de Dados

No caso da MEC, que é uma técnica de dupla negação, a análise é feita por cálculo percentual a partir das respostas mais escolhidas: *sim*, *talvez*, *não*. A dupla negação traz vantagem para a técnica, pois reforça psicologicamente a indicação da resposta, conforme indicam Dany e Apostolidis (2007). Assim, os resultados são obtidos a partir da pergunta dupla negativa que vai indicar reconhecimento, ou não, da centralidade do elemento destacado em relação ao objeto referido. Conforme orientação do método (Flament & Rouquette, 2003), foi adotada a frequência de 75% de refutação para que se possa confirmar a centralidade.

Já na CPB, técnica em que o participante aloca as palavras hierarquicamente de acordo com a sua relação com o objeto, a análise é realizada com base no cálculo do índice de distância D existente entre cada par de todos os elementos testados. Esse índice é calculado utilizando os dados de distância máxima (D_m) e distância observada (D_o) através

da fórmula $D = [2 (D_m - D_o) / D_m] + 1$ (Bouriche, 2003). Por meio do resultado desses cálculos, pudemos construir a árvore de similitude e demonstrar as relações entre os termos com os índices de distância (Guimelli, 1989; Bouriche, 2003).

Como já indicado antes, os resultados desta etapa serão discutidos de modo articulado aos dados decorrentes da etapa 1. A análise se dará à luz do referencial da TRS.

3.3 Questões Éticas

A presente pesquisa seguiu os parâmetros éticos de pesquisa com seres humanos norteados pela Resolução do CNS nº 510, 7 de abril de 2016, que versa sobre as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A Resolução do Art. 1º, parágrafo único, alínea 1, determina que pesquisas de opinião pública com participantes não identificados, sendo o caso da presente pesquisa, não serão registradas nem avaliadas pelo sistema do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Contudo foi utilizado, junto do questionário TALP e das aplicações da MEC e do CPB, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2).

4 Resultados

Dividimos os resultados desta dissertação em dois subtópicos. No primeiro, apresentamos as análises prototípicas dos objetos anteriormente indicados para os grupos de PM e de PNM (provenientes do estudo desenvolvido na etapa I). No segundo, apresentamos as tabelas de distribuição das respostas da MEC e as árvores de similitude construídas a partir dos dados da CPB, decorrentes da etapa II.

4.1 Etapa I: Análise Prototípica das Evocações Livres

4.1.1 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RR para PM

Cada um dos 124 PM evocou 5 palavras para o termo indutor RR, totalizando 620 evocações. Dessas evocações, temos 196 tipos diferentes e 134 hapáx. O ponto de corte definido para essa análise correspondeu à frequência mínima de 6, o corte médio de 17.38 e o *rang* de 2.78. A partir desses parâmetros, os dados foram tratados com auxílio do software IRAMUTEQ, e elaborou-se o quadro de quatro casas (Tabela 2).

Tabela 2

Análise Prototípica de PM sobre o Termo Indutor RR. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 124; F_{mín}= 6; F_{med}= 17.38; Rang= 2.78)

<i>Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,78</i>							
-			+				
		OME	F		OME	F	
Frequência ≥ 17,38	+	Amor	1.7	78	Respeito	3.3	28
		Companheirismo	2.7	34	Sexo	3.5	20
		Carinho	2.6	30	Amizade	3.3	18
		Cuidado	2.6	16	Parceria	3.9	18
					Paixão	2.8	16
					Lealdade	3.4	11
					Confiança	3.2	11
					Cumplicidade	3.7	10
					Fidelidade	3.0	10
					Reciprocidade	3.6	8
				Monogamia	3.5	8	
				Compreensão	4.0	8	
				Casamento	2.0	7	
				Felicidade	4.4	7	
				Idealização	3.0	7	

Nota. Fonte: A autora.

Em face ao termo RR, tal como apresentado na Tabela 2, a tabela de quatro casas nos sugere a hipótese de o núcleo central da RS de RR para PM ser constituído pelos elementos amor, companheirismo e carinho. Quanto à zona de contraste, ela é composta por três elementos: cuidado, afeto e casal. No que tange à primeira periferia, estão os elementos respeito, sexo, amizade e parceria, e a segunda periferia estaria composta por outros 11 elementos, a saber: paixão, lealdade, confiança, cumplicidade, fidelidade, reciprocidade, monogamia, compreensão, casamento, felicidade e idealização.

Os elementos estruturados na ideia de relacionamento romântico demonstram aspectos afetivos, tais como amor, carinho, amizade e paixão. Na sua segunda periferia, estão expressos elementos como “lealdade”, “fidelidade”, “reciprocidade” e “monogamia”, que demonstram sua dimensão normativa monogâmica, e mesmo que o termo indutor escolhido busque não ativar a dimensão normativa no participante, ela parece ter se ativado.

4.1.2 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RR para PNM

Cada um dos 189 PNM evocou 5 palavras para o termo indutor RR, totalizando 945 evocações. Dessas 945 evocações, 345 são tipos diferentes e 232 são hápax. O ponto de corte definido para essa análise corresponde à frequência mínima de 6, o corte médio de 14.18 e o *rang* de 2.73. A partir desses parâmetros, os dados foram tratados com auxílio do software IRAMUTEQ, e elaborou-se a tabela de quatro casas (Tabela 3).

Tabela 3

Análise prototípica dos PNM sobre o termo indutor RR. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 189; F_{min}= 6; F_{med}= 14.18; Rang= 2.73)

		Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,73					
		-			+		
			OME	F		OME	F
Frequência ≥ 14,18	+	Amor	1.9	64	Sexo	3.3	21
		Companheirismo	2.5	27	Parceria	3.0	20
		Carinho	2.4	25	Monogamia	2.8	19
		Afeto	2.4	22	Respeito	2.9	18
		Paixão	2.7	22	Ilusão	2.9	17
		Posse	2.6	20	Casal	2.9	17
		Confiança	2.7	15	Casamento	3.1	15

Patriarcado	2.5	11	Amizade	3.7	11
Idealização	2.0	10	Cuidado	3.0	10
Expectativa	2.5	8	Namoro	3.2	10
Apego	2.4	7	Romance	3.2	9
Intimidade	2.3	6	Controle	3.1	9
Hierarquia	2.3	6	Ciúmes	3.6	9
-			Cumplicidade	3.2	8
			Liberdade	3.4	8
			Traição	3.4	7
			Prisão	3.0	7
			Machismo	3.7	6
			Limitação	3.5	6
			Compromisso	3.0	6
			Dependência	3.3	6

Nota. Fonte: A autora.

O quadro gerado pela análise prototípica indicou a hipótese de núcleo central do termo RR, que pareceu composto pelos elementos: *amor, companheirismo, carinho, afeto, paixão, posse e confiança*. A zona de contrastes seria constituída pelos elementos: patriarcado, idealização, expectativa, apego, intimidade e hierarquia. Já no que tange às periferias, a primeira abarcou sexo, pareceria, monogamia, respeito, ilusão, casal e casamento, e a segunda englobou 14 termos: amizade, cuidado, namoro, romance, controle, ciúmes, cumplicidade, liberdade, traição, prisão, machismo, limitação, compromisso e dependência.

Os elementos evocados pelos dois grupos de participantes para o termo RR são bastante semelhantes em termos de conteúdo, apesar de se tratar de grupos que se opõem em suas práticas e valores. Os três primeiros elementos das duas hipóteses de núcleo central são elementos idênticos (amor, companheirismo e carinho). Na primeira periferia, os dois grupos evocaram os termos respeito, sexo e parceria.

Em comparação, os grupos compartilham muito conteúdo, e o que difere é a forma como esse conteúdo se distribui na estrutura da RS. Cabe, ainda, destacar que o elemento “monogamia” foi evocado pelos dois grupos: para os PM, aparece na segunda periferia, e para os PNM, na primeira periferia. Ou seja, pode-se perceber a presença da monogamia enquanto norma hegemônica associada à ideia de RR, o que reforça seu caráter hegemônico.

4.1.3 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RNM para PM

Responderam à evocação do termo indutor RNM, 124 participantes. Evocaram 620 palavras, sendo 294 tipos e 216 hapáx. O ponto de corte estabelecido para a análise corresponde à frequência mínima de 6, o corte médio de 12.39 e o *rang* de 2.73. Os dados resultaram na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4

Análise prototípica dos PM sobre o termo indutor RNM. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 124; F_{mín}= 6; F_{med}= 12.39; Rang= 2.73)

Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,73								
			-				+	
							OME	F
Frequência ≥ 12,39	+	Liberdade	OME	F	Confiança	2.9	24	
					Amor	3.1	17	
		Respeito			Ciúme	3.1	15	
					Acordo	3.0	14	
		Maturidade			Diálogo	2.9	9	
					Sexo	2.7	10	
		Traição			Compreensão	3.3	7	
					Diferente	2.9	7	
	-					Desapego	2.9	7
						Sinceridade	2.8	6
Amizade						3.3	6	
Insegurança						2.8	6	
Individualidade						3.2	6	
Desafio						3.2	6	

Nota. Fonte: A autora.

Como se nota na Tabela 3, quanto ao termo RNM, a hipótese de núcleo central para PM abarca os elementos: liberdade e respeito; a zona de contraste é composta pelos elementos: maturidade, sexo e traição; a primeira periferia engloba os elementos: confiança, amor, ciúmes e acordo, enquanto a segunda periferia é constituída por outros 9 elementos, sendo eles: diálogo, compreensão, diferente, desapego, sinceridade, amizade, insegurança, individualidade e desafio.

Para o grupo de PM, a estrutura da RNM apresentou predominância da dimensão funcional, com elementos como “liberdade” e “respeito” no núcleo central, e os elementos “confiança”, “acordo”, “diálogo” e “compreensão” estruturando as duas periferias. Ainda, as evocações indicam aspectos afetivos positivos em relação ao termo, sugerindo que a ideia

contranormativa da não monogamia não significa, necessariamente, um problema ou ameaça à ordem monogâmica. Isso pode dar-se em função do grupo em questão realmente não se sentir ameaçado ou por não possuírem ainda uma compreensão clara do que é a não monogamia, levantando a hipótese de que não há RS estruturada desse fenômeno ou que está em processo de formação.

4.1.4 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RNM para PNM

As 189 PNM evocaram 945 palavras para o termo RNM. Das 945 palavras evocadas, 327 são tipos diferentes e 229 são hápax. O ponto de corte definido para a análise foi frequência mínima de 6, o corte médio de 16.61 e o *rang* de 2.79. A partir desses parâmetros, elaborou-se o quadro de quatro casas apresentado a seguir.

Tabela 5

Análise prototípica dos PNM sobre o termo indutor RNM. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 189; F_{min}= 6; F_{med}= 16.61; Rang= 2.79)

Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,79						
-			+			
		OME	F		OME	F
+	Liberdade	7.8	119			
	Autonomia	2.7	33	Afeto	2.8	40
	Confiança	2.6	31	Respeito	3.1	39
	Diálogo	2.7	25	Amor	2.9	35
	Autoconhecimento	2.1	10	Responsabilidade	3.3	15
	Acordo	2.7	9	Cuidado	3.6	15
	Responsabilidade emocional	2.4	9	Comunicação	3.4	14
	Carinho	2.5	6	Honestidade	2.8	11
	Transparência	2.3	6	Sinceridade	3.5	10
				Companheirismo	3.7	10
-				Amizade	4.0	10
				Conversa	3.1	9
				Parceria	3.6	9
				Desafio	2.9	9
				Individualidade	3.1	8
				Cumplicidade	4.1	7
				Rede de Apoio	4.1	7
				Compreensão	3.6	7
				Sexo	3.6	7
				Escolha	3.1	7
			Desconstrução	3.1	7	
			Compersão	4.5	6	
			Felicidade	3.7	6	
			Maturidade	3.2	6	
			Prazer	3.0	6	

Nota. Fonte: A autora.

O termo relacionamento não monogâmico obteve como hipótese de núcleo central: liberdade, autonomia, confiança e diálogo. Sua zona de contraste indica autoconhecimento, acordos, responsabilidade emocional, carinho e transparência. Na primeira periferia, encontramos os elementos afeto, respeito e amor, ao passo que, na segunda, temos 21 termos: responsabilidade, cuidado, comunicação, honestidade, sinceridade, companheirismo, amizade, conversa, parceria, desafio, individualidade, cumplicidade, rede de apoio, compreensão, sexo, escolha, desconstrução, compersão, felicidade, maturidade e prazer.

O conteúdo da RS de RNM demonstra de forma expressiva dimensões afetivas positivas do grupo sobre o objeto. Alguns elementos sugerem que o grupo utiliza de conhecimento do universo reificado, e não só do consensual, tal como “compersão” e “responsabilidade emocional”. Possivelmente, a expressão de termos do universo reificado pode indicar que a transposição dos conhecimentos entre os universos, consensual e reificado, ainda está em fase inicial, e este pode ser um indicativo de não existir, ainda, uma RS.

O grupo de monogâmicos e o de não monogâmicos, apesar de se posicionarem de forma oposta, compartilham em sua estrutura e conteúdo muitos elementos a respeito do objeto “relacionamento não monogâmico”. Termos como “liberdade”, “respeito”, “confiança”, “diálogo”, “amor”, “amizade”, “compreensão”, “acordo” aparecem para ambos os grupos. É significativo que o termo “liberdade” apareça como primeiro candidato a núcleo central para os dois grupos, sendo o termo mais prontamente e frequentemente evocado. Se destacam, para ambos os grupos, dimensões funcionais sobre o objeto.

4.1.5 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RM para PM

Os 124 PM evocaram 620 palavras para o termo indutor RM. Das 620 palavras evocadas, 266 são tipos diferentes e 193 são hápax. O ponto de corte estabelecido para análise foi de frequência mínima de 6, o ponto médio de 11.24 e o *rang* de 2.91. Com o tratamento dos dados, elaborou-se a tabela a seguir.

Tabela 6

Análise Prototípica dos PM sobre o Termo Indutor RM. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 124;

F_{mín}= 6; F_{med}= 11.24; Rang= 2.91)

<i>Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,91</i>							
-			+				
		OME	F		OME	F	
<i>Frequência ≥ 11,24</i>	+	Amor	2.8	31	Respeito	3.2	25
		Fidelidade	2.0	20	Parceria	3.7	18
		Confiança	2.3	14	Traição	3.0	12
		Casamento	2.7	11	Amizade	4.1	11
		Ciúme	2.9	11	Paixão	3.8	10
		Exclusividade	1.9	11	Companheirismo	3.6	9
		Casal	2.5	11	Segurança	3.0	8
		Compromisso	2.9	10	Carinho	3.2	8
		Família	2.7	9	Diálogo	3.1	7
		Acordo	2.1	7	Cuidado	3.6	7
	Escolha	2.7	7	Compreensão	3.2	6	
	Tradicional	2.5	6	Lealdade	3.2	6	
	Posse	2.5	6				

Nota. Fonte: A autora.

Já para o termo RM, na organização de estrutura sugerida pelo quadrante de quatro casas, o provável núcleo central é composto pelos elementos: amor, fidelidade e confiança. A zona de contraste dessa RS é constituída por 10 elementos: casamento, ciúmes, exclusividade, casal, compromisso, família, acordo, escolha, tradicional e posse. A primeira periferia engloba os elementos respeito, parceria e traição, e a segunda periferia, 9 elementos: amizade, paixão, companheirismo, segurança, carinho, diálogo, cuidado, compreensão e lealdade.

É possível observar que o grupo de PM expressa uma RS de RR organizada em elementos que se assemelham aos elementos da RS de RM, os quais se relacionam a dimensões afetivas. Os elementos periféricos pouco se alteram em ambos os objetos, sugerindo uma aproximação entre as RS.

Também pode-se identificar no RM a articulação com dimensões afetivas e subjetivas, como “amor”, “respeito” e “parceria”, embora se evidencie a conexão entre as evocações “traição” e “casamento”, que se contrapõem à proposta da monogamia em si. Toda a estrutura

dessa RS demonstra relação com o ideal de amor romântico previsto pelo ideal normativo da monogamia, expressando dimensões afetivas, funcionais e normativas.

4.1.6 Análise Prototípica Referente ao Termo Indutor RM para PNM

Cada um dos 189 PNM evocou 5 palavras para o termo indutor RM, totalizando 620 evocações para esse termo. Desse total de evocações, 404 são tipos diferentes e 287 são hápax. O ponto de corte estabelecido foi de frequência mínima de 6, corte médio de 12.54 e rang de 2.74. A análise dos dados resultou na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7

Análise Prototípica dos PNM sobre o Termo Indutor RM. Vitória, ES, Brasil, 2023. (N= 189; F_{mín}= 6; F_{med}= 12.54; Rang= 2.74)

<i>Ordem média de evocação (OME) ≤ 2,74</i>							
			-		+		
					OME	F	
					Traição	2.8	37
					Ciúme	2.8	35
					Controle	2.8	24
					Insegurança	3.1	17
					Patriarcado	2.9	16
					Casamento	3.3	14
					Família	2.7	11
					Amor	2.9	11
					Violência	3.8	11
					Medo	3.1	10
					Dependência	3.4	10
					Fechado	2.8	10
					Tradição	2.9	9
					Privação	3.0	7
					Opressão	3.4	7
					Responsabilidade	3.3	7
					Hierarquia	3.0	6
					Restrição	3.5	6
					Expectativa	3.0	6
					Norma	3.2	6
<i>Frequência ≥ 12.54</i>	+	Posse	2.1	33			
		Exclusividade	2.7	22			
		Prisão	2.0	22			
		Fidelidade	2.3	11			
		Ilusão	2.7	10			
		Casal	2.2	10			
	-	Mentira	2.4	8			
		Falta de liberdade	2.5	8			
		Padrão	2.4	8			
		Imposição	2.5	6			
		Propriedade	2.7	6			
		Namoro	2.2	6			

Nota. Fonte: A autora.

No que concerne ao termo RM para PNM, temos como candidatos ao núcleo central os elementos: posse, exclusividade e prisão. Na zona de contraste, encontramos 12 elementos: família, fidelidade, ilusão, casal, limitação, compromisso, mentira, falta de liberdade, padrão, imposição, propriedade e namoro. Já na primeira periferia os elementos são traição, ciúmes, controle, insegurança, patriarcado e casamento, enquanto a segunda é

composta por: amor, violência, medo, dependência, fechado, tradição, privação, opressor, responsabilidade, hierarquia, restrição, expectativa e norma.

Podemos observar que o grupo de PNM expressa uma RS de RM organizada em elementos opostos aos que sustentam a sua RS de RNM, reforçando sua oposição à norma e colocando em evidência questões fortemente inerentes à identidade social do grupo e sua ideologia.

4.2 Etapa II: Confirmações de Centralidade – MEC e CPB

Na etapa II, foram aplicadas duas técnicas de confirmação de centralidade já descritas anteriormente na seção do método. Agora, são apresentados os resultados da técnica MEC e, em seguida, os resultados da técnica CPB para dois grupos.

4.2.1 *Mise-en-cause* (MEC)

Com a MEC, foram testados os cognemas candidatos a núcleo central que se destacaram na etapa I e alguns elementos que apareceram em outras posições no quadro de quatro casas, mas que são expressivos na mídia e no senso comum sobre os objetos referidos.

Para a confirmação da centralidade, utilizou-se o critério de 75% de frequência de refutação na negação, conforme foi indicado no método. Ou seja, apenas os cognemas que alcançarem um percentual de resposta igual ou maior que 75% de refutação (dupla negação) poderão ter sua centralidade confirmada através dessa técnica. As análises de centralidade de cada RS foram realizadas com 60 participantes de cada grupo (Flament & Rouquette, 2003).

4.2.1.1 Resultados da MEC para o termo RNM – PM. O teste de centralidade realizado com a MEC teve resultados negativos quanto à confirmação do núcleo central. Não houve respostas negativas estatisticamente significativas (Sá, 2015) para configurar uma estrutura de RS. A Figura 1 contém a distribuição das respostas às perguntas da MEC em relação a cada elemento testado, sendo a resposta “não” a confirmação de que o elemento é inegociável, o “talvez”, a indicação de que os elementos sobraram, e o “sim”, a indicação de que os elementos são negociáveis, o que reflete sua não centralidade.

Figura 1

Distribuição das Respostas da MEC para RNM para o Grupo de PM

Elementos apresentados	Resposta negativa (central)		Talvez (não escolhido)		Resposta positiva (não central)		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Acordo	35	58,33	13	21,66	12	20	60	100
Liberdade	34	56,66	10	16,66	16	26,66	60	100
Maturidade	30	50	9	15	21	35	60	100
Respeito	29	48,33	8	13,33	23	38,33	60	100
Confiança	27	45	11	18,33	22	36,66	60	100
Sexo	13	21,66	16	26,66	31	51,66	60	100
Amor	11	18,33	16	26,66	33	55	60	100
Desapego	10	16,66	24	40	26	43,33	60	100
Ciúme	5	8,33	13	21,66	42	70	60	100

Fonte: A autora.

Na Figura 1, pode-se observar que nenhum dos elementos testados alcançou o percentual mínimo de 75% de resposta negativa. Dessa forma, não podem ser considerados tão característicos da RS de relacionamento não monogâmico a ponto de serem considerados inegociáveis pelo grupo.

O cognema “liberdade”, primeiro candidato a núcleo central no quadrante de quatro casas da análise prototípica, com freq. = 45 e OME 2.0, alcançou percentual de 56,66%. O cognema “acordo” se aproxima do critério de corte e obteve percentual de 58,33% de inegociabilidade. O cognema “acordo” não foi indicado como provável componente do núcleo central no quadrante de quatro casas, mas, sim, localizado na primeira periferia, com freq. = 14 e OME 3.0. Dito isso, nenhum dos elementos testados tiveram centralidade confirmada.

4.2.1.2 Resultados da MEC para o termo RNM – PNM. O teste de centralidade realizado com a MEC, neste caso, apresentou respostas estatisticamente relevantes, expressando resultados positivos como pertencentes ao núcleo central. Os elementos que se destacaram foram: “diálogo”, “confiança” “autonomia” e “respeito”. Diferentemente dos outros elementos que compõem a hipótese de núcleo central no estudo anterior, o termo “respeito” compõe a primeira periferia no quadrante de quatro casas realizado na Etapa I. Sendo assim, apesar de alcançar um alto percentual (80%) neste teste de centralidade, ele depende de mais uma técnica de confirmação para que sua centralidade seja considerada. A Figura 2 abaixo indica a distribuição das respostas em percentual relativas a cada elemento.

Figura 2

Distribuição das Respostas da MEC para RNM para o grupo de PNM

Elementos apresentados	Resposta negativa (central)		Talvez (não escolhido)		Resposta positiva (não central)		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Diálogo	52	86,66	3	6	5	8,33	60	100
Confiança	48	80	7	11,66	5	8,33	60	100
Respeito	48	80	5	8,33	7	11,66	60	100
Autonomia	45	75	8	13,33	7	11,66	60	100
Liberdade	43	71,66	6	10	11	18,33	60	100
Responsabilidade	43	71,66	9	15	8	13,33	60	100
Afeto	39	65	7	11,66	14	23,33	60	100
Cuidado	36	60	16	26,66	8	13,33	60	100
Amor	15	25	27	45	18	30	60	100

Fonte: A autora.

Os elementos que tiveram sua centralidade confirmada, se apresentando de forma mais característica em relação ao objeto, foram “diálogo”, com 86,66% de percentual de confirmação, “confiança”, com 80%, e “autonomia”, com 75%. O elemento “respeito” também foi significativo para o grupo, mas ele compõe a primeira periferia. O elemento “liberdade” teve uma porcentagem um pouco mais baixa, 71,66%, apesar de ter sido a primeira hipótese de núcleo central no quadrante de quatro casas, com freq. = 119 e OME 7.8. Sendo assim, “liberdade” teve sua centralidade refutada neste teste, bem como os demais elementos da primeira periferia “afeto” e “amor” e os da segunda periferia “responsabilidade” e “cuidado”.

4.2.1.3 Resultados da MEC para o termo RM – PM. Em relação ao objeto RM, para o grupo de PM, não foram obtidos percentuais suficientes nos resultados dos nove elementos testados para confirmação da existência de um núcleo central. Os resultados negativos em relação à centralidade dos elementos podem ser verificados na Figura 3 abaixo.

Figura 3

Distribuição das Respostas da MEC para RM para o grupo de PM

Elementos apresentados	Resposta negativa (central)		Talvez (não escolhido)		Resposta positiva (não central)		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Casal	39	65	9	15	12	20	60	100
Respeito	38	63,33	1	1,6	21	35	60	100
Confiança	34	56,66	6	10	20	33,33	60	100
Fidelidade	30	50	8	13,33	22	36,66	60	100
Parceria	30	50	11	18,33	19	31,66	60	100
Amor	16	26,66	13	21,66	31	51,66	60	100
Ciúme	5	8,33	17	28,33	38	63,33	60	100
Traição	4	6,66	6	10	50	83,33	60	100
Casamento	1	1,66	4	6,66	55	91,66	60	100

Fonte: A autora.

Os elementos mais significativos na MEC foram “casal”, com percentual de 65%, e “respeito”, com 63,33%. Contudo ambos não alcançaram o percentual mínimo (75%) para terem suas presenças no núcleo central confirmadas. Ainda, “casal” é um elemento que compõe a zona de contraste no quadrante de quatro casas, com freq. = 11 e OME 2.5. Já “respeito” localiza-se na primeira periferia.

4.2.1.4 Resultados da MEC para o termo RM – PNM. A respeito do objeto RM para o grupo de PNM não foram confirmadas centralidades de nenhum dos 9 elementos testados. Todos obtiveram percentual abaixo do critério, sendo estatisticamente pouco relevantes.

Figura 4

Distribuição das Respostas da MEC para RM o Grupo de PNM

Elementos apresentados	Resposta negativa (central)		Talvez (não escolhido)		Resposta positiva (não central)		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Patriarcado	42	70	11	18,33	7	11,66	60	100
Exclusividade	34	56,66	9	15	17	28,33	60	100
Posse	32	53,33	15	25	13	21,66	60	100
Controle	31	51,66	11	18,33	18	30	60	100
Insegurança	27	45	16	26,66	17	28,33	60	100
Ciúmes	22	36,66	17	28,33	21	35	60	100
Prisão	18	30	18	30	24	40	60	100
Traição	10	16,66	23	38,33	27	45	60	100
Casamento	7	11,66	6	10	47	78,33	60	100

Fonte: A autora.

O cognema “patriarcado” foi o que obteve percentual mais alto na distribuição das respostas para o termo relacionamento monogâmico, somando 70% das respostas negativas. Contudo ele não alcançou porcentagem suficiente para ser considerado central pela MEC e, ainda, é um elemento que compõe a primeira periferia do quadro de quatro casas realizado na etapa I.

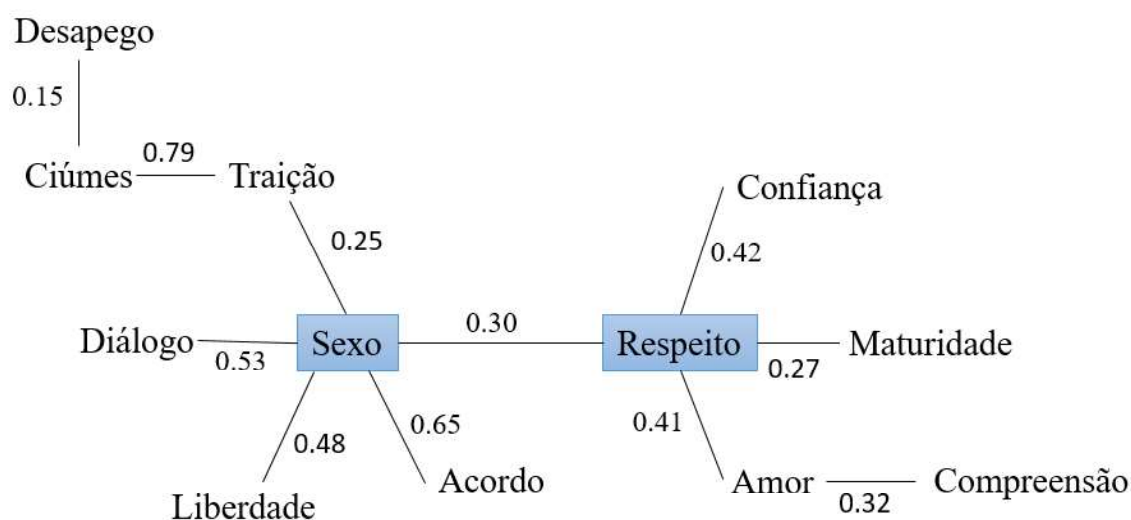
4.2.2 *Choix-par-bloc* – CPB

Com a aplicação do CPB, foram testados os cognemas que mais se destacaram na análise prototípica. Esse teste foi realizado com objetivo de apreender a centralidade dos cognemas e compreender conexões existentes entre eles, verificando a relação entre elementos normativos.

4.2.2.1 Resultados do método CPB para o termo RNM – PM. Na Figura 5, abaixo, encontra-se a árvore de similitude referente aos resultados do teste de centralidade CPB sobre o objeto RNM para PM.

Figura 5

Árvore Máxima de Similitude a partir do Teste CPB para os Elementos de RNM para o grupo de PM (n=140).



Fonte: A autora.

Na árvore de similitude de RNM para PM, é possível observar que os elementos “sexo” e “respeito” organizam os conjuntos dos demais elementos. Estes elementos, por possuírem alta conectividade, configuram-se como elementos importantes para o grupo.

Considerando a hipótese de constituir o núcleo central no quadro de quatro casas, “respeito” tem sua centralidade confirmada por se conectar com mais outros quatro elementos: “confiança”, “maturidade”, “amor” e “sexo”. Por sua vez, “sexo” é um elemento que nesse teste apresentou uma alta conexão com outros cinco elementos, apesar de ser um elemento da zona de contraste no quadro de quatro casas.

O cognema “traição”, da zona de contraste, apresenta uma forte ligação com o cognema “ciúmes”, que, por sua vez, está conectado a “desapego”. “Sexo” tem uma forte ligação com “acordo”, relação que pode sugerir a necessidade de que o relacionamento não monogâmico tenha acordos para que aconteça. “Sexo” ainda se conecta de forma significativa com “liberdade” e “diálogo”. A conexão tanto de “diálogo” quanto de “acordo”

com “sexo” indica uma dimensão prática do relacionamento não monogâmico para este grupo.

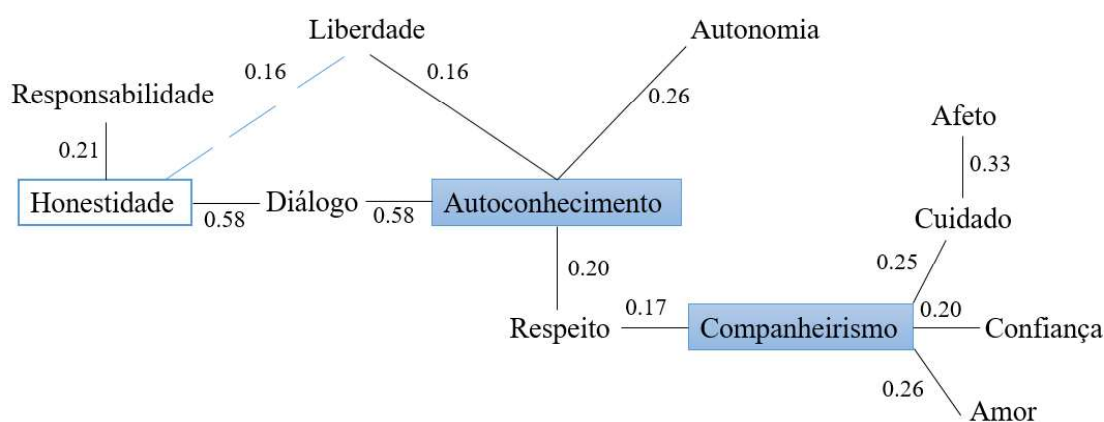
“Liberdade” é um candidato a núcleo central que na árvore de similitude não apresenta quantidade de conexões significativas para ter sua centralidade confirmada. Apesar disso, sua relação com “sexo” é relativamente forte, indicando que talvez a liberdade no relacionamento não monogâmico esteja direcionada para a liberdade sexual.

No que tange ao cognema “respeito”, que tem sua centralidade confirmada neste teste, ele se conecta com “maturidade”, “confiança” e “amor”, que, por sua vez, se conectam com “compreensão”. A ideia de “respeito” para o grupo de monogâmicos parece apresentar uma dimensão um pouco mais positiva em relação ao outro aglutinado de cognemas, em que se destacam os elementos afetivos negativos “traição” e “ciúmes”.

4.2.2.2 Resultados do método CPB para o termo RNM – PNM. A seguir, vejamos a árvore máxima de similitude do método CPB para os elementos de RNM para o grupo de PNM.

Figura 6

Árvore máxima de similitude a partir do teste CPB para os elementos de RNM para o grupo de PNM (n=140)



Fonte: A autora.

Nota. O cognema “liberdade” se conecta à mesma distância (0.16) de “honestidade” e “autoconhecimento”. A escolha por ligar preferencialmente “liberdade” a “autoconhecimento” ocorre, pois “autoconhecimento” é um elemento que já se destaca na estrutura por estar em relação com outros 3 elementos, demonstrando ser um elemento mais importante em relação ao cognema “honestidade”. Conectar “liberdade” a “honestidade” modificaria a estrutura da RS, tornando-a central.

Ao examinarmos a Figura 6, destacam-se, principalmente, os elementos “autoconhecimento”, “companheirismo” e “honestidade”. “Autoconhecimento” tem forte ligação com “diálogo” (0.58) e se conecta a mais outros 3 elementos, “autonomia”, “respeito” e “liberdade”. O elemento “companheirismo” também se conecta com quatro elementos, “respeito”, “cuidado”, “confiança” e “amor”.

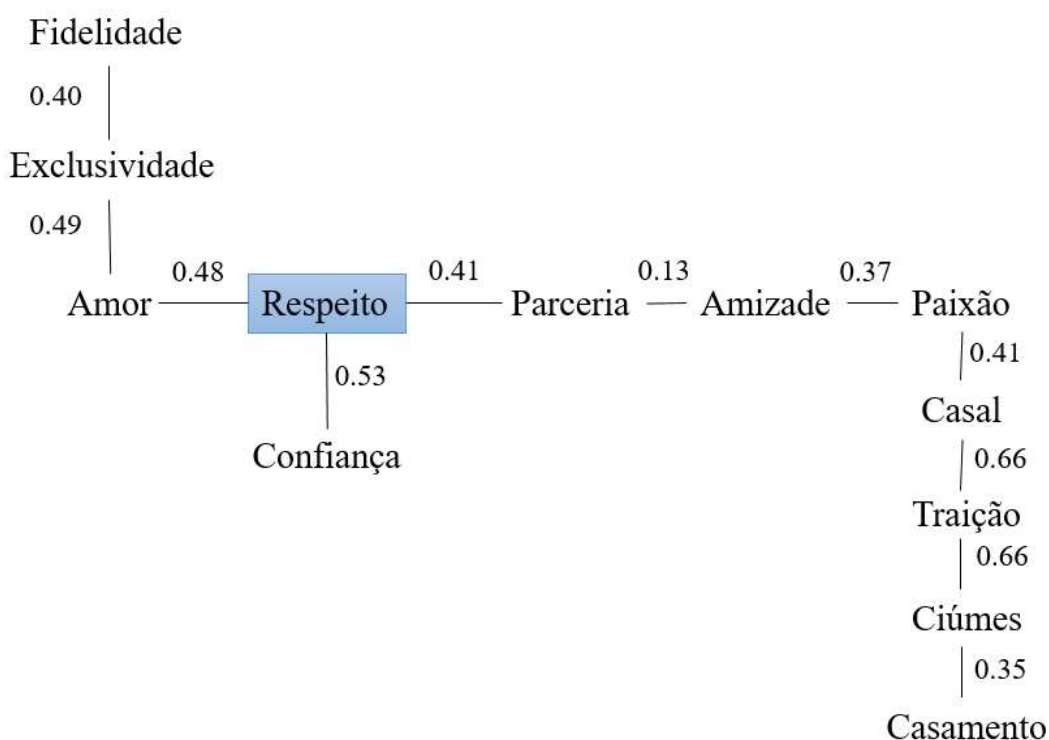
Os elementos presentes nessa árvore máxima de similitude expressam características tanto práticas, que podem ser entendidas como condutas importantes para um RNM, quanto características afetivas. De modo geral, todos os elementos têm conotação positiva do grupo sobre o objeto. Isso ocorre pois se trata de um objeto que constitui a identidade do grupo.

A árvore de similitude da Figura 6, de RNM para PNM, parece se organizar em duas dimensões, uma que está mais direcionada ao outro com os elementos “respeito”, “companheirismo”, “cuidado”, “afeto”, “confiança”, “amor” e outra dimensão que está mais direcionada à preservação da própria individualidade com os elementos “autonomia”, “autoconhecimento”, “liberdade”, “responsabilidade”, por exemplo. Além disso, dimensão de preservação da própria individualidade parece ser um eixo central para a organização do pensamento.

4.2.2.3 Resultados do Método CPB para o Termo RM – PM. Na Figura 7, apresentada abaixo, encontra-se a árvore de similitude referente aos resultados do teste de centralidade CPB sobre o objeto RM para o grupo de PM.

Figura 7

Árvore Máxima de Similitude a partir do Teste CPB para os Elementos de RM para o grupo de PM (n=140)



Fonte: A autora.

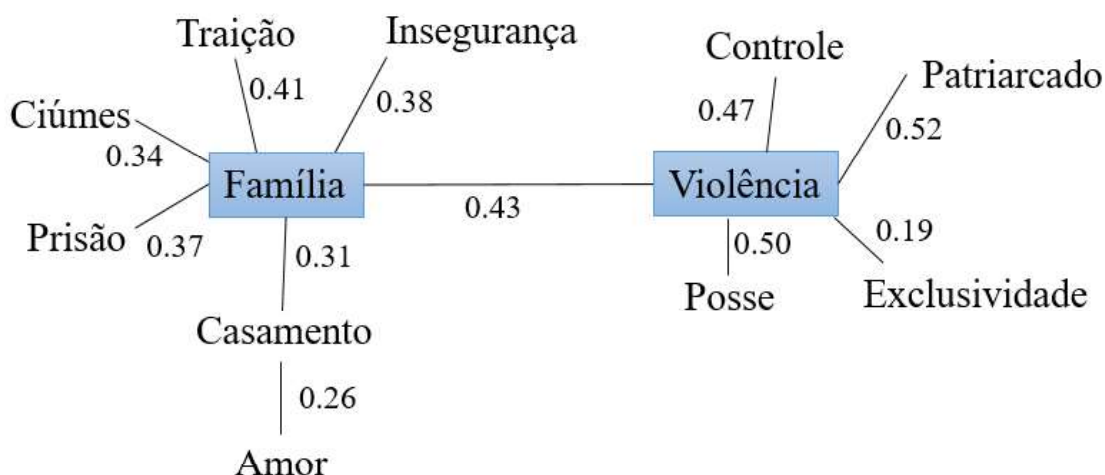
Para o grupo PM sobre RM, o elemento “respeito” foi o que mais se destacou, estabelecendo conexões fortes com “parceria” (0.41), “amor” (0.48) e “confiança” (0.53). O elemento “amor” se conecta com “exclusividade” (0.49) e “fidelidade” (0.40) e demonstra uma relação que expressa a lógica monogâmica em que exclusividade e fidelidade são condições para o amor. O outro lado que aglutina os elementos “paixão”, “casal”, “traição”, “ciúmes” e “casamento” também expressa características de uma lógica monogâmica,

principalmente se destacando a alta conexão entre “casal” e “traição” (0.66) e “traição” e “ciúmes” (0.66).

4.2.2.4 Resultados do método CPB para o termo RM – PNM. Na Figura 8, abaixo, encontra-se a árvore de similitude referente aos resultados do teste de centralidade CPB sobre o objeto RM para o grupo de PNM.

Figura 8

Árvore Máxima de Similitude a partir do Teste CPB para os Elementos de RM para o Grupo de PNM (n=140).



Fonte: A autora.

A árvore de similitude da Figura 8 referente ao RM para PNM se divide em dois conjuntos. Um conjunto organizado a partir do elemento “violência” e o outro conjunto organizado a partir do elemento “família”. Ambos os elementos demonstram ser muito relevantes para o pensamento desse grupo, pois possuem muitas conexões. Com relações diretamente estabelecidas entre si, “violência” também se interliga com “controle”,

“patriarcado”, “exclusividade” e “posse”, sendo a aproximação mais forte com “patriarcado” (0.52).

Os elementos conectados com “violência” expressam a organização pela qual a lógica monogâmica se estabelece ao presar por exclusividade, autorizando comportamentos de posse e controle. Tais comportamentos são estruturados também pela organização social do patriarcado, que mantém o poder e a autoridade nas mãos dos homens, produzindo, por exemplo, diversos tipos de violência de gênero e parentais.

Do outro lado, há o conjunto que se organiza ao redor do elemento “família”. A ele estão ligados os elementos “insegurança”, “traição”, “ciúmes”, “prisão” e “casamento”, e “amor” se interliga a “casamento”. De modo geral, todos os elementos dos dois conjuntos expressam elementos negativos, exceto pelo elemento afetivo “amor”, que se conecta, mesmo que numa fraca conexão (0.26), à ideia de “casamento”.

4.3 Confirmação de centralidade dos elementos a partir do cruzamento dos resultados das análises prototípica, MEC e CPB

Como já apontado, na abordagem estrutural, recomenda-se a confirmação da centralidade dos elementos indicados a partir da análise prototípica com base em duas ou mais técnicas, caminho adotado nesta dissertação. Partindo do conjunto de resultados obtidos, podemos dizer que as árvores de similitude desenvolvidas a partir do método CPB indicam um prognóstico de centralidade da estrutura, auxiliando mais na compreensão da relação entre os elementos, ao passo que o método MEC possibilita mais diretamente a confirmação da centralidade dos cognemas. Tal fato confirma o potencial de complementaridade de tais técnicas. A seguir, são apresentadas tabelas que permitem um panorama geral dos resultados, considerando cada objeto e grupo.

Os resultados apresentados na tabela abaixo (Tabela 8) evidenciam a estrutura da RS de RNM para o grupo PM. A análise prototípica indicou “liberdade” e “respeito” como

prováveis núcleos centrais da RS de RNM para PM. Outros elementos presentes na primeira ou segunda periferia do quadro de quatro casas da análise prototípica foram selecionados para comporem os testes de confirmação realizados posteriormente. “Sexo” teve indicação de centralidade apenas na análise da MEC. Já na análise do CPB, “respeito” obteve resultado positivo de centralidade, sendo o único elemento entre todos testados a ter confirmação da sua centralidade, uma vez que foi indicado à centralidade em pelo menos dois dos três métodos aplicados. Quanto aos demais elementos testados, não apresentaram resultados positivos em nenhum dos testes.

Tabela 8

Cruzamento dos Resultados acerca do Objeto RNM para PM

Elemento candidato à centralidade	Liberdade	Respeito	Confiança	Amor	Ciúme	Acordo	Desapego	Maturidade	Sexo
Técnica									
Análise Prototípica de (indicação de centralidade)	X	X							
MEC (teste de centralidade)									
CPB (teste de centralidade)		X							X
Elementos centrais em dois ou mais resultados		X							

Nota. Fonte: A autora.

Embora exista a confirmação de centralidade para o termo “respeito”, indicado como central pela análise prototípica, a consideração de outros dados sobre o objeto relacionamento não monogâmico é pertinente para a identificação de sua estrutura. O corpus das evocações da análise prototípica somou 620 palavras evocadas, entre elas, 294 tipos, o que pode ser considerado um número alto quando se leva em consideração que reflete quase ½ do total das evocações, indicando uma variedade muito grande de ideias e pouca coesão no pensamento do grupo. Além disso, o corpus apresentou 216 hápax, termos que foram evocados uma única

vez, refletindo quase 1/3 do total de evocações, reforçando a compreensão de pouca coesão no pensamento do grupo.

Tais informações tornam-se relevantes para a compreensão dos resultados em conjunto, pois, a partir delas, parece importante considerar a possibilidade da existência de uma RS não autônoma, de uma RS em formação ou, ainda, a possibilidade da não existência de uma RS. Na seção de discussão, será debatido também o status dos grupos estudados, questão que foi se apresentando como pertinente de ser pensada.

Tabela 9

Cruzamento dos Resultados acerca do Objeto RNM para o Grupo de PNM

Elemento candidato à centralidade	Liberdade	Autonomia	Confiança	Diálogo	Afeto	Respeito	Amor	Responsabilidade	Cuidado
Técnica									
Análise Prototípica (indicação de centralidade)	X	X	X	X					
MEC (teste de centralidade)		X	X	X		X			
CPB (teste de centralidade)									
Elementos centrais em dois ou mais resultados		X	X	X					

Os resultados apresentados na Tabela 9, acima, foram inseridos para auxiliar na compreensão da estrutura da RS de RNM para o grupo PNM. A primeira análise realizada, a análise prototípica, apresentou como prováveis núcleos centrais “liberdade”, “autonomia”, “confiança” e “diálogo”. Através das indicações dessa primeira análise, demais elementos foram selecionados para a realização dos testes de centralidade. Os elementos “autonomia”, “confiança” e “diálogo” tiveram centralidade confirmada nos testes MEC, ainda, este teste indicou o elemento “respeito”, que, no quadro de quatro casas da análise prototípica, esteve na primeira periferia, como elemento central.

Análise Prototípica (indicação de centralidade)	X	X	X						
MEC (teste de centralidade)									
CPB (teste de centralidade)				X					
Elementos centrais em dois ou mais resultados									

Em relação ao objeto RM para o grupo de PNM, conforme se pode observar na Tabela 11, abaixo, a análise prototípica realizada no primeiro estudo indicou os elementos “posse”, “exclusividade” e “prisão” como hipóteses de núcleo central. Os demais elementos testados, provenientes da primeira e da segunda periferia do quadro de quatro casas resultado da análise prototípica, não apresentaram nenhum resultado positivo para confirmação de centralidade a partir das técnicas MEC e CPB.

Tabela 11

Cruzamento dos Resultados acerca do Objeto RM para o Grupo de PNM

Elemento candidato à centralidade / Técnica	Posse	Exclusividade	Prisão	Traição	Ciúme	Controle	Patriarcado	Casamento	Insegurança
Análise Prototípica (indicação de centralidade)	X	X	X						
MEC (teste de centralidade)									
CPB (teste de centralidade)									
Elementos centrais em dois ou mais resultados									

O cruzamento dos resultados dos diferentes objetos mostrou-se pertinente, uma vez que as técnicas são complementares. As análises e a discussão dos dados serão apresentadas a seguir.

5 Discussão

Os resultados demonstraram um amplo e variado conjunto de dados que, em um primeiro momento, podem parecer pouco estruturados, dada a complexidade dos objetos sociais estudados. Os testes de confirmação de centralidade e a comparação entre os diferentes grupos e objetos demonstraram, a princípio, pouca consistência frente à expectativa inicial da pesquisa. Esperava-se, com a pesquisa: identificar a estrutura da RS dos objetos em questão (RR, RNM e RM) para os grupos investigados (PNM e PM), ou seja, chegar ao resultado “perfeito” (como em toda pesquisa). A realidade (distante do que se esperou) evidenciou, na verdade, a possibilidade de parte dos objetos não apresentar RS estruturada, ou de os testes de confirmação indicarem resultados difusos.

As reflexões sobre a TRS e os estudos conduzidos por meio dela, por vezes, aparentam ser de fácil compreensão, o que pode refletir uma postura de ingenuidade teórica. Sá (1996) indicou que uma RS é sempre de um grupo sobre um objeto. Contudo observa-se que tanto objetos sociais quanto grupos sociais possuem características diferentes. Estas, por sua vez, demandam um olhar atento para que não se trate todo grupo como um mesmo tipo de grupo nem todo objeto como um mesmo tipo de objeto.

Com o intuito de alcançar maior consistência teórica na discussão e ampliar as perspectivas (superadas as frustrações iniciais e buscando maior maturidade teórica), o capítulo de discussão foi dividido em dois tópicos: a) A norma e sua relação com o status grupal; e b) A gênese das RS: o caso da não monogamia.

5.1 A Norma e sua Relação com o Status Grupal

As definições e concepções sobre grupos e seus status são diversas (Allen, 1985; Harré, 1984; Jesuíno, 2004; McGrath, 1984; Shaw, 1981; Turner, 1991), e delas variam também suas tipologias e características. Para tais definições, são consideradas características como estrutura do grupo, homogeneidade, processos de interação, dimensão do grupo,

contexto, capacidade de influência social, entre outras (Jesuino, 2004). Além disso, os grupos também podem ser pensados a partir das relações que estabelecem com a identidade social, com a posição social ou com a norma (Flament, 1994; Moscovici, 2011; Tajfel, 1970). No presente trabalho, adotamos especificamente a concepção do grupo em relação à norma social.

Em se tratando dos PNM e dos PM, que até aqui nos referimos como dois grupos distintos por se diferenciarem em relação a uma questão central para o trabalho, para a análise, consideramos a caracterização destes dois grupos a partir da sua relação fundamental com a norma monogâmica hegemônica. Seja para os PM, em sua relação introjetada com a monogamia, lida como natural, seja para os PNM, em que a relação com a norma se estabelece a partir da sua oposição ativa. Contudo não consideramos que o grupo de PM aqui abarcado seja, em si, um grupo social, e, sim, um conjunto social (Wolter, 2023), estabelecido por sua relação de maioria com a norma monogâmica e pela autocategorização dos participantes em relação à norma. Já no caso do grupo de PNM, a qualidade de grupo está sendo atribuída a partir da sua relação contranormativa e seu caráter minoritário em relação à hegemonia da norma monogâmica.

O pensamento social que um grupo produz é carregado de normas sociais (Flament, 1994, 2001), de modo que cada grupo adere a um sistema de normas e, a partir dele, produz suas RS. Ou seja, as RS são também consequências das normas sociais (Campos, 2017). A produção de discurso, a comunicação e a linguagem, fundamentais no desenvolvimento e na manutenção do conhecimento do senso comum e das RS (Moscovici, 2007), são processos moldados de acordo com a adesão do grupo a um sistema moral. Nessa perspectiva, a RS é um sistema normativo que define não apenas como pensar um objeto social, mas também “o que se deve pensar a esse respeito, de um ponto de vista moral” (Rouquette, 2003, p. 83).

A arquitetura do pensamento social pode auxiliar a compreender a influência das normas e valores nas RS. Conforme já apresentamos, o pensamento social se organiza em diferentes níveis. Os níveis que nos interessam aqui são o ideológico e o representacional. A ideologia, que ocupa o nível mais elevado na organização hierárquica da arquitetura do pensamento social, é gerenciadora de sistemas de RS (Wachelke, 2005). A monogamia como ideologia, portanto, carrega grandes valores e normas, gerando, definindo e organizando sistemas de RS. Nesse contexto, a monogamia, por exemplo, pode gerir as RS de namoro, casamento, família e amor, objetos que estariam, portanto, dentro de um mesmo sistema representacional. Isso é dizer que as RS não funcionam de modo isolado, mas em relação com outras RS e gerenciadas pelas ideologias.

A relação que os PM e os PNM estabelecem com a norma monogâmica nos parece um ponto-chave para compreender não apenas a organização do pensamento dos grupos, mas também a compreensão dos seus status enquanto grupo. A monogamia é uma norma relacional hegemônica amplamente aderida e introjetada na estrutura social ocidental. Sua qualidade enquanto ideologia insere sua lógica em um nível acima do nível das RS. As RS são formadas e mantidas na comunicação cotidiana do senso comum, como já o vimos. Já a dinâmica ideológica e normativa nos parece funcionar de uma outra forma. O caráter hegemônico da monogamia mantém suas prescrições e seus valores independentemente de a monogamia estar no discurso cotidiano dos sujeitos, por exemplo, diferente do que precisa ocorrer na manutenção de uma RS (Moscovici, 2007).

A relação que o grupo de monogâmicos estabelece com a norma monogâmica pode ser percebida a partir dos termos evocados no nosso primeiro estudo. O objeto RR, escolhido como elemento neutro, apresentou referências à norma monogâmica, como podemos com os termos “lealdade”, “fidelidade”, “casamento”, “monogamia” e “casal”. Da mesma forma, podemos perceber alguns termos evocados pelos PM que fazem referência à norma

monogâmica, apresentados através dos termos evocados pelo grupo para os do objeto relacionamento monogâmico, tais como “fidelidade”, “casamento”, “família”, “lealdade” e “traição”.

A comparação entre os objetos RR e RM pelos PM evidencia um conteúdo similar, podendo reforçar a consideração de que esses objetos compõem o mesmo sistema de RS. Na Tabela 12, abaixo, podemos comparar os conteúdos.

Tabela 12

Comparação entre os Termos Evocados do Grupo de PM

	Romântico	Monogâmico
<i>Termos evocados</i>	Amor (núcleo)	Amor (núcleo)
	Respeito (1ª perif.)	Respeito (1ª perif.)
	Amizade (1ª perif.)	Parceria (1ª perif.)
	Parceria (1ª perif.)	Amizade (2ª perif.)
	Paixão (2ª perif.)	Paixão (2ª perif.)

Nota. Fonte: A autora.

As evocações para o objeto RNM também demonstram relação com a norma, apesar de uma forma menos explícita. Os termos “respeito” (candidato a núcleo), “amor” (primeira periferia) e “amizade” (segunda periferia), que compõem a Tabela 12 acima, e as ideias presentes nos demais objetos também se repetem para RNM.

Todavia uma mesma ideologia parece produzir não só condições para a sua aceitação e aderência, mas também para a sua contradição. É, através da referência da norma monogâmica, que também o grupo e o fenômeno da não monogamia se organizam. Em termos de produção de conhecimento e formação de uma RS, a monogamia organiza os próprios valores e sistemas representacionais de objetos monogâmicos e não monogâmicos. Parece-nos ser possível que a ideia de relacionamento não monogâmico, por exemplo, esteja inserida em sistemas de representação gerenciados pela monogamia.

A não monogamia, referenciando-se na monogamia, passa a produzir um outro tipo de pensamento, ainda dependente da sua referência à monogamia, mas com potencial de se consolidar como uma nova ideologia. A Tabela 13, abaixo, demonstra dados da primeira etapa, explicitando os candidatos a núcleo central no caso do RM e RNM para o grupo PNM.

Tabela 13

Comparação entre os Termos Evocados pelo Grupo de PNM sobre RM e RNM

	Relacion. monogâmico	Relacion. não monogâmico
<i>Termos evocados</i>	Prisão Posse	Liberdade Autonomia

Nota. Fonte: A autora.

A organização das ideias evocadas pelos PNM manifestou a oposição entre RM e RNM. Essa oposição demonstra a produção de um novo conhecimento de uma minoria a partir da oposição ao conhecimento hegemônico normativo. Ambos os conteúdos dos objetos representados na Tabela 13 acima atacam e questionam a norma monogâmica vigente, seja diretamente, referindo-se a ela como “prisão” e “posse”, seja na produção de uma alternativa que se contrapõe a ela com “liberdade” e “autonomia”. A ideologia da monogamia é solo fértil não só para sua própria manutenção, mas também para a sua oposição, uma vez que seu questionamento não parte de um objeto social próprio, ele é oriundo das próprias ideias que circulam a ideologia da monogamia.

O posicionamento de uma pessoa ou grupo enquanto monogâmico é um fenômeno recente e pouco presente no discurso social, da mesma forma que sua constituição como grupo é difícil de ser feita. Acreditamos que o surgimento de uma versão alternativa à norma, a proposta não monogâmica, pode começar a demandar que as pessoas que seguem a norma monogâmica se posicionem como monogâmicos para gerar diferenciação do outro grupo. Aqui observamos os processos identitários de categorização e comparação social (Amâncio,

2006). A relação entre a monogamia e a não monogamia não está presente apenas na relação entre ideias que se opõem, mas em identidades sociais opostas que, mutuamente se fundam pela comparação social.

Tendo considerado o papel das normas sociais e de sua oposição na construção da identidade social monogâmica e não monogâmica, passamos a analisar os possíveis status dos dois grupos. Adotamos aqui a hipótese de que o grupo de não monogâmicos se aproxima do que Moscovici (2011) chamou de minoria nômica. Moscovici (2011) não estava preocupado, em sua obra *Psicologia das minorias ativas*, em conceituar ou apresentar critérios para a categorização de um grupo, estava pensando particularmente nos processos de influência social. Apesar disso, nos forneceu um ponto de partida.

Os não monogâmicos se aproximam da ideia de minoria ativa nômica (Moscovici, 2011) por adotarem uma postura de contraposição à monogamia como norma dominante, opondo-se ao sistema social vigente. Isso ocorre em função de o grupo reconhecer uma alternativa, mesmo que contranormativa, que condiz e se alinha de forma mais satisfatória às suas crenças, necessidades, desejos e realidades. Moscovici (2011) nos indica que,

Se alguém pratica o amor livre [...] simplesmente para satisfazer aos seus desejos pessoais ou à sua curiosidade, não é o mesmo que adotar este comportamento por ser a marca de uma nova geração ou para apoiar a noção teórica de liberdade sexual. No primeiro caso, a divergência ou o desvio constitui uma transgressão e pode ser considerada como anômica; no segundo, deriva de uma **oposição consciente a uma norma e da afirmação de soluções complementares** e pode considerar-se como **nômica**. (p. 81, grifo nosso)

Quanto ao status grupal dos monogâmicos, considerando a tentativa de adequação da classificação de grupos à TRS (Wolter, 2023), gostaríamos de tentar aproximá-lo do que Harré (1981) chama de coletivo taxonômico. Conjunto de indivíduos que tem a característica

de seus membros terem uma propriedade, uma qualidade em comum em relação aos outros membros. Nesse caso, o coletivo não necessariamente apresentará inter-relações entre os membros e, ainda, estes podem existir como grupo, amparados na propriedade em comum, sob a ótica do pesquisador/classificador (Harré, 1981). Os monogâmicos compartilham uma característica de ordem da estrutura social e da normal, apesar de não se inter-relacionarem a partir e em função desta característica.

Apesar das aproximações de algumas categorias, tentamos aqui reunir mais pistas que pudessem nos auxiliar a pensar o status dos grupos com os quais trabalhamos, e não enquadrar de forma rígida esses dois grupos, ou a minoria e o conjunto de indivíduos, em categorias definidas. O esforço e o exercício de pensar esses lugares foram e ainda são necessários, dada a especificidade dos nossos grupos e dos nossos objetos.

No caso da monogamia, a compreensão sobre sua articulação a partir do nível ideológico e o impacto na gestão de sistemas de representação nos pareceram pertinentes para se pensarem os fenômenos que se desdobram a partir de uma norma hegemônica. Sejam as constituições de grupos de oposição, os processos de formação de identidade dos grupos ou os impactos nas minorias e maiorias.

Trouxemos, neste tópico, alguns caminhos para pensarmos a relação que cada um dos grupos estabelece com a norma hegemônica da monogamia e como ela os organiza. A seguir, apresentaremos alguns argumentos que corroboram e auxiliam na compreensão dos fenômenos estudados.

5.2 A Gênese das Representações Sociais: o Caso da Não Monogamia

Embora as práticas não monogâmicas não sejam exatamente recentes, visto que foram diversas as dinâmicas relacionais anteriores à monogamia (Morgan, 1877), e considerando também as práticas poliamoristas e de *swing* já estabelecidas desde o século passado (Perez &

Palmas, 2018), o espaço de discussão, a visibilidade e a prática que as não monogâmias conquistaram na última década ainda as localizam enquanto um fenômeno social recente.

O resultado do estudo realizado sobre o objeto RNM parece indicar um possível processo de amadurecimento de ideias, estas que podem vir a se estruturar enquanto uma RS. Os resultados para o grupo de PNM apresentam, por exemplo, ideais que mais se aproximam do universo reificado, do que do consensual propriamente dito, tais como: compersão; responsabilidade emocional. Os resultados da confirmação de centralidade do grupo PNM indicaram uma estrutura organizada por três elementos que constituiriam a centralidade da RS, a saber: autonomia, confiança e diálogo. Apesar dos resultados, gostaríamos de ampliar suas análises com o objetivo de considerar toda complexidade que até aqui indicamos e discutimos a respeito dos objetos desta pesquisa.

Pudemos observar que a constituição do conteúdo de RNM para PNM expressa um ataque direto à ideia do próprio grupo sobre a norma monogâmica, já demonstrada na oposição evocada entre “liberdade” e “prisão”, e “posse” e “autonomia”. Nesse sentido, é possível que o que ainda esteja ocorrendo seja um processo de amadurecimento de ideias para a futura formação estruturada da RS, mesmo que os métodos utilizados indiquem uma estrutura.

Parece-nos que, na condição de objetos contranormativos, como é o caso da não monogamia, os processos de ancoragem e objetivação possivelmente aconteçam pautados na norma hegemônica. Em outras palavras, especificamente o processo de ancoragem, que ocorre levando em consideração o conhecimento já adquirido de outro objeto como referência, também pode ocorrer por meio da negação dessa referência. A negação da referência ainda se utiliza da referência como ponto de ancoragem. Ou seja, a não monogamia sendo a negação da monogamia como norma hegemônica, localizada no nível

ideológico do pensamento social, utiliza da monogamia como referência para se ancorar e se produzir como RS.

Nessa hipótese, existiria o aproveitamento de um sistema antigo de ideias sobre um objeto já ancorado (a monogamia), contudo esse aproveitamento aconteceria a partir da oposição a esse objeto como referência, e não necessariamente a partir da semelhança entre fenômenos. Em suma, a dinâmica entre o que o grupo de não monogâmicos pensa sobre relacionamento monogâmico (prisão e posse) serve de referência para organizar o que o grupo pensa sobre relacionamento não monogâmico (liberdade e autonomia).

Chamamos atenção, diante do acima exposto, para a possibilidade de se levar em consideração que o fato de um objeto parecer ter elementos candidatos à centralidade pode não significar que ele seja uma RS. É possível, de acordo com o conceito de RS não autônoma (Flament, 1994), que essas ideias sejam oriundas de RS de outros objetos ou, ainda, sejam uma RS em formação.

Parecer ter uma estrutura, indicada pela confirmação dos cognemas candidatos a um núcleo central, pode não significar que ele tenha uma estrutura e seja uma RS. Consideramos essa hipótese face a todos os pormenores que estão sendo apresentados e que dizem respeito às características dos grupos e do fenômeno estudado.

Em outra perspectiva de análise, tentamos também levar em conta a possibilidade de o objeto relacionamento não monogâmico se tratar de uma RS em surgimento e, por isso, apresentar alguma estrutura em nosso estudo, mas sendo uma RS não autônoma (Flament, 1994). Nesse sentido, seguimos o mesmo fio lógico teórico já traçado anteriormente, podemos considerar que uma RS não autônoma não necessariamente depende de cognemas de objetos similares, podendo também depender de cognemas de objetos antagônicos. Pode ser que esse seja o caso específico de objetos normativos e contranormativos.

A não monogamia como possível RS em surgimento apresenta condições potenciais, em função da sua força de oposição à norma, de se consolidar como uma RS autônoma. Apesar do seu potencial, diríamos que esse processo ainda ocorre de forma embrionária, mesmo que aparentemente exista uma estrutura em nossos dados. Tanto a condição do grupo de não monogâmicos como minoria ativa consistente quanto os indícios do início de uma organização do pensamento e das ideias do grupo sobre não monogamia favorecem o surgimento futuro de uma RS estruturada, com possibilidades de alteração na norma monogâmica.

Já o pensamento dos monogâmicos sobre relacionamento não monogâmico também apresenta pontos interessantes. A análise do conjunto dos testes de centralidade indicou um único cognema central: “respeito”. Embora tenhamos uma estrutura apresentada pelos testes de centralidade, insistiremos em apontar para o caminho de que não estamos lidando com uma RS estruturada, nem para um grupo, nem para o outro.

Na análise prototípica do grupo de PM sobre RNM, tivemos como hipótese de núcleo central “liberdade” e “respeito”. O cognema “liberdade” se destacou como elemento mais relevante e prototípico para ambos os grupos. Dito isso, acreditamos que a ideia genérica e amplamente compartilhada pelos dois grupos sobre a não monogamia se ampare em “se libertar da norma”.

O destaque para a ideia de liberdade, também no grupo de PM, evidencia que a norma oprime, em alguma proporção, também quem a segue e lhe adere. Nesse sentido, mesmo quem lhe adere entende a possibilidade de “se liberar” dela. Isso parece destacar que não necessariamente os PM gostam ou defendem a norma, pelo fato de aceitarem a prescrição da monogamia. Uma vez que a não monogamia para os PM também apresenta o caráter de liberdade, assim como para os PNM, podemos ter indícios de que os PM reconhecem que também se sentem presos à norma.

Para o grupo de PM, o objeto normativo e o objeto contranormativo não se contrapõem, mesmo que, na sua essência, a não monogamia seja a oposição direta da monogamia. Esse ponto reforça a hipótese de que a monogamia ocupa um lugar normativo hegemônico, introjetado, ideológico, por apresentar ideias difusas e abstratas (Wachelke, 2013), inclusive genéricas. Para o grupo de PM, o objeto RM não apresentou conteúdo específico. Ao contrário, em comparação com o objeto RR, os conteúdos apresentam alto nível de compartilhamento de ideias.

Nesse caso, levando em consideração a posição hegemônica da norma monogâmica, o fato de ela orientar o pensamento de grande parte da sociedade, ou seja, da grande maioria, e o conjunto de dados sobre o objeto relacionamento monogâmico para os dois grupos não apresentar estrutura, acreditamos que temos subsídios para compreender a monogamia a partir do nível ideológico.

Van Dijk (1998) aponta que, em uma cultura homogênea, uniforme, onde nada se opõe, não é possível que crenças comuns sejam percebidas ou pensadas. É, a partir do conflito de interesse e da quebra da uniformidade de um conjunto de crenças, que podem passar a desafiar as crenças até então comuns e socialmente aceitas, que se destaca a possibilidade de se declarar algo como ideológico. Nesse caso, a oposição da não monogamia em relação à norma monogâmica, questionando as crenças monogâmicas comuns e favorecendo que se pense sobre ela, parece poder evidenciar a monogamia como ideologia.

Até aqui, consideramos o que se evidencia a partir da nossa leitura teórica e da análise dos dados empíricos para compreender a monogamia como elemento ideológico que fornece recursos para que a não monogamia surja como objeto em construção, como RS em formação. Cabe, ainda, avaliarmos o caso de que o grupo de PNM se trate de uma minoria nômica ativa (Moscovici, 2011), condição essa que favoreceria ainda mais seu potencial de vir a se tornar uma RS estruturada.

Começaremos considerando que o grupo de PNM como minoria nômica contranormativa (Moscovici, 2011) possui recursos para exercer poder de influência social e, diante de um posicionamento constante e consistente, que esse grupo pode causar alterações significativas no pensamento social sobre a norma hegemônica. Moscovici (2011) indica que a constituição de uma minoria enquanto ativa ou passiva, o seu polo de interação ser heterodoxo (contra norma hegemônica) ou ortodoxo (no sentido da norma hegemônica) e o seu nível de contraste ser forte em relação à maioria são relevantes e devem ser levados em consideração para avaliar o quanto uma minoria é capaz de exercer influência. Contudo Moscovici (2011) aponta que é a ausência ou a presença de uma postura definida, com normas próprias, que se mantém coerente e consistente, que fornece a uma minoria a capacidade de exercer influência e, diante disso, a possibilidade de construir e modificar estruturas de RS e de promover mudança nas posições dos sujeitos em relação às normas sociais.

Wagner (1993), apesar de não falar com base na abordagem estrutural das RS, com sua proposição a seguir, corrobora as sugestões de Moscovici (2011) e, portanto, a nossa análise a respeito dos não monogâmicos,

Mas não há apenas variação simples na expressão comportamental das representações das pessoas. Há também comportamento individual que claramente nega as normas e prescrições convencionais. Tal comportamento precisa ser explorado com atenção especial. Se não for o comportamento estranho causado por uma doença mental, pode muito bem ser determinado por alguma nova forma de prática que um único indivíduo – seja um político, um filósofo ou uma mulher do bairro – está a caminho de transformar em uma representação ao recrutar prosélitos. Uma posição minoritária pode ser rapidamente adotada por um certo número de pessoas, transformando-se assim em uma representação social para um novo subgrupo na sociedade. (p. 246)

A minoria não monogâmica parece contar com sujeitos ativos e passivos. Sua condição nômica ativa de oposição consciente à norma, expressa no conteúdo das ideias do grupo sobre relacionamento monogâmico, reflete a organização sugerida por Moscovici (2011) de uma minoria que pode produzir mudanças através da sua divergência com a maioria. Segundo o autor, a apresentação de uma perspectiva diferente e a diferenciação com contraste de opiniões, que provoque conflitos, tornam essa mudança ainda mais propícia.

Tratamos, neste tópico, da discussão a respeito da gênese representacional da não monogamia. Tivemos por objetivo, aqui, ampliar nossas considerações a respeito da análise dos dados. Para tanto, apontamos para as hipóteses principais de que: 1) apesar de os nossos dados indicarem uma estrutura sobre o objeto relacionamento não monogâmico, isso não significaria necessariamente que este é um objeto de RS estruturado, ou seja, a não monogamia pode tratar-se de uma RS em surgimento ou até de uma RS não autônoma; 2) as ideias sobre relacionamento monogâmico, sendo difusas, abstratas (Wachelke, 2013) e sem estrutura, fornecem-nos mais recursos para considerarmos a monogamia como uma ideologia.

Discutimos as condições de ancoragem tendo em vista um objeto contranormativo e as especificidades da sua condição de oposição, bem como a possibilidade de se tratar de uma RS não autônoma. Tais proposições apontam para a norma monogâmica como base, como referência. Seja utilizando da monogamia como referência para se opor e se ancorar, seja dependendo da monogamia para se opor e se organizar como uma RS não autônoma.

Nossa discussão sugere ainda o potencial do grupo minoritário e da condição do fenômeno contranormativo em produzir, de forma consistente, conhecimentos e práticas que, ganhando mais espaço e proporção, venham a se tornar uma RS e causar impacto de mudança na norma hegemônica. Contudo salientamos que, diante das nossas análises, todos esses processos ainda nos parecem embrionários, apesar de promissores.

Por fim, novamente lembramos a proposição de Sá (1994), que nos acompanha da introdução à conclusão desta pesquisa, de que “uma representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto)” (p. 24). Apesar da simplicidade dessa sentença, Sá (1994) nos indicou que esta não era uma simplificação fácil de ser feita. Em nossas análises e sugestões, buscamos explorar não apenas os dados em sua aparência, mas o que, anteriormente, os sustenta e compõem: quais as condições dos grupos que estudamos? Quais as condições dos objetos que estudamos? Quais são as suas especificidades e sua organização? Buscamos, a partir disso, ter melhores e mais condições de compreender o conhecimento que os produzem e que são produzidos por eles.

6 Conclusão

As conclusões às quais chegamos fazem parte de um retorno aos passos iniciais de pesquisas a partir da TRS. Primeiro, a investigação sobre a condição e as características de cada grupo e sobre cada objeto estudado é tão relevante para a análise dos resultados de uma pesquisa de RS quanto os próprios dados da pesquisa.

Em segundo lugar, concluímos que a condição normativa de um objeto pode dizer respeito à possibilidade de este objeto ocupar outro lugar na hierarquia da arquitetura do pensamento social. No caso da monogamia, a consideração sobre a sua posição no nível ideológico na arquitetura do pensamento social, e não em um nível representacional, parece nos fornecer mais recursos para compreender o impacto e a gerência que esse conhecimento têm sobre os grupos e os processos das relações sociais, tornando-as mais inteligíveis.

A especificidade do nosso objeto nos apontou hipóteses que, embora necessitem de mais aprofundamento, parecem-nos consistentes. 1) Uma ideologia parece fornecer mutuamente condições para sua adesão e internalização e para sua rejeição e oposição, residindo nela seu próprio potencial de manutenção e crescimento e de destruição da mesma. 2) Uma RS não autônoma parece poder depender de uma RS principal antagônica, e não necessariamente de uma RS da qual ela se aproxima, podendo ser o caso de objetos normativos e contranormativos; da mesma forma, parece-nos que um objeto pode se ancorar em uma RS e usá-la como referência a partir da oposição da RS na qual se ancora, e não necessariamente da sua similaridade. 3) É preciso considerar a qualidade do grupo e do fenômeno estudado de forma a complementar as análises dos dados. Recursos complementares nos ajudaram a ter mais condições de sugerir a hipótese de que, embora pareçam estruturadas, as RS de não monogamia não são RS estruturadas. E 4) a hipótese de que as ideias sobre monogamia advêm do nível ideológico não demonstra estrutura representacional para nenhum dos grupos.

Os estudos sobre monogamia e não monogamia são ainda muito iniciais e indiretos, especialmente no campo da Psicologia Social e da TRS. Em sua maioria, são estudados objetos que compõem o campo representacional da monogamia, como estudos de RS sobre casamento e amor.

Teoricamente, acreditamos que as noções de minorias ativas (Moscovici, 2011) e de nível ideológico (Rouquette, 1974), principalmente, oferecem grande recursos para afinarmos as análises sobre o assunto. Não tivemos a intenção aqui de esgotar as possibilidades de análise sobre o tema, mas, sim, e sobretudo, suscitar e desbravá-las por caminhos teóricos menos explorados.

Embora disponhamos de paciência para resolver as questões aqui apresentadas, é inegável que, à medida que cada pergunta sugere a procura por uma resposta viável, cada resposta, inevitavelmente, dá origem a novas perguntas (Moscovici, 2011). Com isso, pretendemos continuar as investigações aqui levantadas e oferecer futuramente mais caminhos para a discussão proposta.

Referências

- Aboim, S. (2009). Da pluralidade dos afetos: Trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(70), 107-122.
- <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SPHxpwBtbd8FTNKF6QcpZFt/?format=pdf&lang=pt>
- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-46). AB.
- Abric, J. C. (1994a). Les représentations sociales, aspects théoriques. In J. C. Abric (Org), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36), Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1994b). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des Représentations Sociales*. Delachaux et Niestlé.
- Allen, V. L. (1985). Infra-group, intra-group and inter-group: Construing levels of organisation in social influence. In S. Moscovici, G. Mugny, & E. V. Avermaet (Eds.), *Perspectives on minority influence* (pp. 217 - 251). Cambridge University Press.
- Amâncio, L. (2006). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia social* (pp. 387-409), Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian
- Ariès, P., & Chartier, R. (1991). *História da vida privada, 3: Da Renascença ao século das luzes* (H. Feist, Trad.). Companhia das Letras.
- Assis, O. Q., & Kümpel, V. F. (2011). *Manual de Antropologia Jurídica*. Saraiva.

- Almeida Costa, N. B., & Modesto, J. G. (2020). Representação social do relacionamento amoroso. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(1), 100-109.
<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i1.3497>
- Barash, D., & Lipton, J. (2001). *The Myth of Monogamy*. Holt Paperbacks.
- Bertoldo, R. B., & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: A intimidade na visão dos jovens. *Psico USF*, 11(2), 229-237. <https://doi.org/10.1590/1413-827120060002000011>
- Bornia Junior, D. L. (2018). Amar é verbo, não pronome possessivo: Etnografia das relações não-monogâmicas no sul do Brasil. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Bouriche, B. (2003). L'analyse de similitude. In J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 221-252). Érès
- Brandon, M. (2010). *Monogamy: The untold story*. Praeger.
- Brandão, C. T., Benevides, A. S., & Campos, P. H. (2020). Sistemas de Representações Sociais: Contribuições para a pesquisa em educação. *Revista Teias*, 21.
<https://doi.org/10.12957/teias.2020.45106>
- Bussinger, R. V., & Menandro, M. C. S. (2018). Ensaio para uma ética do amor e do desejo: Representações sociais de masculinidades e amor para travestis. *Revista de Direitos Humanos e Movimentos Sociais*, 3(1), 104-141.
<https://doi.org/10.26512/insurgncia.v3i1.19376>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>

- Campos, P. H. (2017). Editorial da seção – O estudo das relações entre práticas sociais e apresentações: retomando questões. *Psicologia e Saber Social*, 6(1), 42-46.
<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.30664>
- Cardoso, I. K. G., Cardoso, M. L. G., Martins, H. H. R., & Muniz, A. A. R. A. (2022). A criação de novos conceitos de família: Registros de crianças em famílias poliafetivas, diferenças que tem com o registro de crianças em famílias socioafetivas. *Latin American Journal of Development*, 4(3), 1095-1107.
<https://doi.org/10.46814/lajdv4n3-035>
- Carvalho, D. B. (2009). Representação, dialogicidade e a linguagem como questões centrais da psicologia social: Uma teoria psicossocial da mente. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 145-148.
- Conley, T. D., Piemonte, J. L., Shukla, I., Mangla, A., Mateti, N., & Tariq, S. (2022). Monogamy as protection against COVID-19? Non-monogamy stigma and risk (Mis)perception. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 22(3), 763-793.
<https://doi.org/10.1111/asap.12325>
- Costa, L. B. L., & Tilio, R. (2020). Representações sociais de família para não feministas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(3), 790-812.
<https://doi.org/10.12957/epp.2020.54349>
- Dany, L., & Apostolidis, T. (2007). Approche structurale de lá représentation sociale de la drogue : interrogations autor de la technique de mise en cause. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 73(1), 11-26.
<https://doi.org/10.3917/cips.073.0011>
- Díaz-Muñoz, S. L., & Bales, K. L. (2016). "Monogamia" em primatas: Variabilidade, tendências e síntese: introdução à edição especial sobre monogamia de primatas.

American Journal of Primatology, 78(3), 283-287.

<https://doi.org/10.1002/ajp.22463>

Easton, D., & Hardy, J. W. (2009). *The ethical slut: A practical guide to polyamory, open relationships and other adventures* (2a ed.). Celestial Arts.

Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (9a ed., Leandro Konder, Trad.). Civilização Brasileira.

Fernandes, J. S. G., Costa, B. H. R., & Andrade, M. S. (2017). Representações sociais de idosos sobre família. *Ciências Psicológicas*, 11(1), 41-48.

<https://doi.org/10.22235/cp.v11i2.1345>

Fisher, H. E. (1992). *Anatomía del amor: Historia natural de la monogamia, el adulterio y el divorcio* (Alicia Plante, Trad.). Editorial Anagrama.

Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-58). Presses Universitaires de France.

Flament, C. (2001). Pratiques sociales et dynamique des représentations. In P. Moliner (Org.), *La Dynamique des Représentations Sociales* (pp. 43-58). Presses Universitaires de Grenoble.

Flament, C., & Rouquette, M. L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*. Armand Collin.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Editora UNESP.

Guimelli, C. (1989). Pratiques nouvelles et transformation sans rupture des représentations sociales: la représentation de l'achasse et de la nature. In J.-L. Beauvois, & R.-V. Joule, *Perspectives cognitives et conduites sociales: Vol. 2. Représentations et processus sociocognitifs* (pp. 117-141). Del Val.

- Harré, R. (1981). Philosophical Aspects of the Micro-Macro Problem. In K. Knorr Cetina & A. V. Cicourel (Org.), *Advances in Social Theory and Methodology: toward an integration of micro-macro sociologies*. Routledge & Kegan Paul.
- Harré, R. (1984). Some Reflections on the Concept of “Social Representation”. *Social Research*, 51, 927-938. <https://www.jstor.org/stable/40970971>
- Jablonski, B. (1998). *Até que a vida nos separe – A crise do casamento contemporâneo*. Agir.
- Jesuino, J. (2004). Estruturas e processos de grupo. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (6a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1984, 1988). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Org.), *Psychologie Sociale* (pp. 357-378). PUF.
- Jodelet, D. (1989). Représentation sociales: Um domaine em expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les représentation sociales* (pp. 31-61). Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet, *As representações sociais* (pp. 17-44). Editora da UERJ.
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: Notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In A. M. O. Almeida, M. F. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais – 50 anos* (pp. 159-176). Techno Politik Editora.
- Kelberga, A., & Martinson, B. (2021). Differences in Motivation to Engage in Sexual Activity Between People in Monogamous and Non-monogamous Committed Relationships. *Frontiers in Psychology*, 12(1), 753460-753460. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.753460>
- Klein, J. (30 dez. 2022). Poliamor solo? Não monogamia ética? As lições sobre amor e sexo de 2022. *BBC News Brasil*.

- Lahlou, S. (2011). Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In A. M. O. Almeida, M. F. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais – 50 anos* (pp. 59-97). Techno Politik Editora.
- Lessa, S. (2012). A atualidade da abolição da família monogâmica. *Revista Crítica Marxista*, 35, 41-58.
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo279Artigo%202.pdf
- Levine, E. C., Herbenick, D., Martinez, O., Fu, T., & Dodge, B. (2018). Open Relationships, Nonconsensual Nonmonogamy, and Monogamy Among U.S. Adults: Findings from the 2012 National Survey of Sexual Health and Behavior. *Springer Nature Complete Journals Archives of Sexual Behavior*, 47(5), 1439-1450. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1178-7>
- Lima Júnior, N. S. (22 out. 2021). Como pensar uma Não-monogamia Política. *NM em Foco*.
- Lima Júnior, N. S.; Miranda, R. C. (2022). Não monogamia política: Um projeto emancipatório. In C. E. D. Villalón (Org.), *Em Movimento* (pp. 243-252). Edições EACH. <https://doi.org/10.11606/9786588503096>
- Lukas, D., & Clutton-Brock, T. H. (2013). A evolução da monogamia social em mamíferos. *Science*, 341(6145), 526–530.
<https://doi.org/10.1126/science.1238677>
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente*. Vozes.
- Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 358-376. <https://doi.org/10.1590/198053143760>
- McGrath, J. B. (1984). *Groups: Interaction and performance*. Prentice-Hall, Inc.

- Moliner, P. (1989). Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 41, 759-762.
https://www.persee.fr/doc/buppsy_0007-4403_1988_num_41_387_12946
- Moreira, A. S. P., Oliveira, D. C. (2000). *Estudos Interdisciplinares de representação social*. AB.
- Morgan, L. H. (1877). *A sociedade antiga*. Expresso Zahar.
- Moscovici, S. (1961). *Psychanalyse: Son image et son Public*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1963). Attitudes and opinions. *Annual Review of Psychology*, 14, 231-260. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.14.020163.001311>
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Zahar Editora.
- Moscovici, S. (2001). Pourquoi l'étude des représentations sociales en psychologie?. *Psychologie & Société*, 4, 7-27.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (5a ed., Pedrinho A. Guareschi, Trad.). Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Vozes.
- Nascimento, A. R. A., Queiroga, L. C., Costa, L. C. S., Campos, S. S., & Miranda, G. R. (2015). Representações Sociais do amor no rock brasileiro dos anos 80. *Psico. Soc.*, 27(1), 213-239. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p231>
- Neto, O. N. A., & Barbosa, M. R. L. (2021). A união estável no direito brasileiro e a monogamia como elemento (im)prescindível para a sua caracterização. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, 7(2), 1-30.
<https://doi.org/10.29293/rdfg.v7i02.318>

- Nogueira, V. P. S. (2019). *As representações sociais da espiritualidade e da religiosidade para pessoas que vivem com HIV/Aids: Estrutura de pensamento, enfrentamento da síndrome e cuidado de enfermagem*. [Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Núñez, G., Oliveira, J. M., & Lago, M. C. S. (2021). Monogamia e (anti)colonialidades: Uma artesanaria narrativa indígena. *Teoria e cultura*, 16(3), 76-88.
<https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.34439>
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., Marques, S. C., & Thiengo, M. A. (2007). Pegar, ficar e namorar: Representações sociais de relacionamento entre adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5), 497-502.
<https://doi.org/10.1590/S0034-71672007000500003>
- Paula, G. S de. (2019). *A morte e o morrer e suas representações sociais para ateus e fiéis de diferentes religiões*. [Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Paula, A. S., & Kodato, S. (2016). Psicologia Social e Representações Sociais: Uma aproximação histórica. *Revista de Psicologia da IMED*, 8(2), 200-207.
<https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v8n2p200-207>
- Pereira, R. C. (2012). *Princípios fundamentais norteadores do direito de família* (2a ed.). Saraiva.
- Perez, T. S., & Palmas, Y. A. (2018). Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 30(1).
- Pinto Vieira, L. B., & Bianchini, J. (2022). Limitação do amor pela imposição da monogamia no poder judiciário. *Revista Direito e Sexualidade*, 3(1), 149-166.
<https://doi.org/10.9771/revdirsex.v3i1.49331>

- Pontual, M. A. D., & Bonomo, M. (2019). Representações sociais de amor romântico nas músicas tocadas nas rádios brasileiras em 2015. *Revista de Ciências Humanas*, 53, 1-18. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2019.e48658>
- Quadros, T. A. (2004). O princípio da monogamia e o concubinato adúltero. *Revista Jus Navigandi*, 412(1).
- Rotondano, R. O. (2016). Cultura e ética na formação familiar: A poligamia e a sua repressão no Ocidente. *Rev Bio y Der.*, 38(1), 87-99.
- Rotondano, R. O. (2018). Entre a monogamia e poliamor: O futuro da família no Brasil. *Rev. Fac. Der.*, 44(1), 1-27. <https://doi.org/10.22187/rfd2018n44a10>
- Rouquette, M.-L. (1973). La pensée sociale. In S. Moscovici (Org.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, 2 (pp. 299-327). Larousse.
- Rouquette, M.-L. (1998). Representações e práticas sociais: Alguns elementos teóricos. In A. Moreira, & D. Oliveira, *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 39-46). AB Editora.
- Rouquette, M.-L. (2003). Paradoxos da Representação e da Ação: Conjunções sem Coordenação. In P. H. Campos, & M. C. Loureiro (Org.), *Representações Sociais e Práticas Educativas* (pp. 81-88). Editora da UCG.
- Ruzik, C. E. P. (2005). *Famílias simultâneas: Da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Renovar.
- Sá, C. P. (1996). Representações sociais: Teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a02.pdf>
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ.
- Sá, C. P. (2015). *Estudos de Psicologia Social: História, comportamento, representações e memória*. Editora da UERJ.

- Santiago, R. S. (2014). *O mito da monogamia à luz do direito civil-constitucional: A necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor*. [Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília].
- Scott, A. S. V. (2009). As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: debates & questões*, 51(1), 13-29. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v51i0.19983>
- Shaw, M. E. (1981). *Group dynamic: The psychology of small group behavior*. McGraw Hill.
- Silva, A. C. H., Ramos, P. L. M. S., & Santos, R. M. R. (2022). Representações sociais da infidelidade. *Revista Sociedade e Ambiente*, 3(1), 313-326. <https://revistasociedadeambiente.com/index.php/dt/article/view/58>
- Silva, P. N. (2022). *Monogamia na contemporaneidade: Um estudo sobre exclusividade no casamento*. [Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Singly, F. (2000). *Família e individualização*. FGV.
- Singly, F. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. FGV.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American* (pp. 96-103).
- Trindade, Z. A.; Santos, M. F. S.; Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consenso e dissensos. In. Almeida, A. M. O., Souza, M. F. & Trindade, Z. A, (Orgs.) *Teoria das representações sociais - 50 anos*, (pp. 59-97). Brasília, DF: Techno Politik Editora
- Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Brooks Cole.
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. S AGE.

- Vasallo, B. (2018). *Pensamiento Monógamo, Terror Poliamoroso* (4a ed.). La Oveja Roja.
- Vasallo, B. (2022). *O desafio poliamoroso: Por uma nova política de afetos*. Elefante.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. *Bulletin de Psychologie*, *XLV*(405), 203-209.
https://www.persee.fr/doc/buppsy_0007-4403_1992_num_45_405_14128
- Viegas, C. M. A. R., & Poli, L. M. (2015). O reconhecimento da família poliafetiva no brasil: Uma análise à luz dos princípios da dignidade humana, autonomia privada, pluralismo familiar e isonomia. *Revista DUC In Altum-Cadernos de Direito*, *7*(13), 54-99.
<https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/15/15>
- Wachelke, J. (2005). O vácuo no contexto das representações sociais: Uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. *Estud. Psicol.*, *10*(2), 313-320. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200019>
- Wachelke, J. (2013). The symbolic structures of social life: Integrative comments on the social thinking architecture. *Psicologia e Saber Social*, *2*(1), 167-175.
https://www.researchgate.net/publication/261026889_The_symbolic_structures_of_social_life_integrative_comments_on_the_social_thinking_architecture
- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*(4), 521-526. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400017>
- Wagner, W. (1993). Can Representations Explain Social Behaviour? A discussion of social representations as rational systems. *Papers on Social Representations*, *2*(3), 236-249.

- Whiteman, V. (17 nov. 2022). Será que a monogamia é pra você? *Saúde Mental Política, Elle*. <https://elle.com.br/colunistas/monogamia-e-pra-voce>
- Wolter, R. (2018). The Structural Approach to Social Representations: Bridges between theory and Methods. *Psico-USF*, 23(4), 621-631.
<https://www.scielo.br/j/pusf/a/3wz8n3XTnbygvzNK73YChSM/?format=pdf&lang=en>
- Wolter, R. P. (2023). A noção de grupo e seus problemas conceituais. Comunicação oral. *XII Jornada Internacional de Representações Sociais*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Wolter, R., Oliveira, F. C., Peixoto, Á. R. S., & Santin, T. R. (2023). Estrutura e dimensões representacionais da graduação em psicologia para seus estudantes: Experiências, conhecimentos e temores. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 41(1), 1-15.
<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10118>
- Wolter, R., Peixoto, A., Oliveira, F. C., & Santin, T. F. (2022). As evocações livres e a análise prototípica para estudo do pensamento social. In A. B. Soares, C. A. C. Medeiros, M. E. M. Jardim, M.L. R. da Silva, P. R. S. S. Alves, R. Ribeiro (Orgs.), *Metodologia qualitativa: Técnicas e exemplos de pesquisa* (pp. 243-262). Appris.
- Wolter, R., & Peixoto, Á. (2021). Temporalidade e pensamento social. In A. Nascimento, & I. Gianordoli-Nascimento, *Representações Sociais: Campos, vertentes e fronteiras* (pp. 79-100). Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Wolter, R., & Peixoto, Á. (2022). Temporalidade e Pensamento Social. In A. nascimento, & I. Gianordoli-Nascimento, *Representações Sociais: Campos,*

vertentes e fronteiras (pp. 79-100). Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. Wolter, R., Gurrieri, C., Sorribas, E. (2009). Empirical illustration of the hierarchical organisation of social thought: A domino effect? *Interamerican Journal of Psychology*, 43(1), 1-11.

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28411918001>

Wolter, R., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: Perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139-1152. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-18>

Anexo 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Você está sendo convidado (a/e) para participar de uma pesquisa sobre relacionamentos sob responsabilidade da mestrandia Vanessa Santa Rosa Mazzei, orientada pela Profª Drª Sabine Mantuan dos Santos Coutinho, vinculadas ao núcleo de pesquisas e intervenções em Saúde, Gênero e Psicologia Social (SAGEPS) do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Essa pesquisa tem como objetivo investigar sobre as representações sociais de relacionamentos.

Ressaltamos que a sua participação é voluntária e anônima e que a estimativa de tempo da sua participação, incluindo a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, é de 10 a 20 minutos.

A sua participação será de grande valor e irá contribuir com o desenvolvimento de conhecimento psicossocial sobre o tema.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Acesse o link abaixo para ler e fazer o download da sua cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

<https://drive.google.com/file/d/1dqUN07V1lse9XvDhrEzzBAM1ZvJK4GKn/view?usp=sharing>

Em seguida, indique o seu consentimento de participação abaixo e a sua maioria.

Em caso de desistência de participação, basta fechar o formulário.

Você concorda em participar desta pesquisa? *

Declaro que sou maior de 18 anos, tive acesso a uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pela pesquisadora e concordo em participar da pesquisa.

Próxima



Página 1 de 6

Limpar formulário

Você poderia mencionar as 5 palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando se fala de **RELACIONAMENTO ROMÂNTICO**

1º palavra ou expressão *

Sua resposta

2º palavra ou expressão *

Sua resposta

3º palavra ou expressão *

Sua resposta

4º palavra ou expressão *

Sua resposta

5º palavra ou expressão *

Sua resposta

Voltar

Próxima



Página 2 de 6 Limpar formulário

Você poderia mencionar as 5 palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando se fala de **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO**

1º palavra ou expressão *

Sua resposta

2º palavra ou expressão *

Sua resposta

3º palavra ou expressão *

Sua resposta

4º palavra ou expressão *

Sua resposta

5º palavra ou expressão *

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 3 de 6 [Limpar formulário](#)

Informações complementares e dados sócio demográficos:

Qual é o gênero com o qual você se identifica? *

Sua resposta _____

Qual é a orientação sexual com a qual você se identifica? *

Sua resposta _____

Qual é a sua cor, raça/etnia? *

Sua resposta _____

Qual é a sua idade? *

Sua resposta _____

Qual é a sua religião? *

Caso não possua, indique no espaço de resposta "não tenho".

Sua resposta _____

Qual é a sua escolaridade? *

Você mora em qual cidade? *

Informar cidade e estado

Sua resposta _____

Você já se relacionou ou se relaciona de forma monogâmica? *

- Eu me relaciono de forma monogâmica
- Eu já me relacionei de forma monogâmica
- Eu nunca me relacionei de forma monogâmica

Você já se relacionou ou se relaciona de forma não monogâmica? *

- Eu me relaciono de forma não monogâmica
- Eu já me relacionei de forma não monogâmica
- Eu nunca me relacionei de forma não monogâmica

Das duas categorias abaixo, com qual você mais se identifica? *

- Eu me identifico mais como uma pessoa monogâmica
- Eu me identifico mais como uma pessoa não monogâmica

Voltar

Próxima

 Página 5 de 6 [Limpar formulário](#)

Anexo 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de forma online de pesquisa conduzida pela mestranda Vanessa Santa Rosa Mazzei, sob orientação da professora doutora Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, integrantes do núcleo de pesquisas e intervenções em Saúde, Gênero e Psicologia Social (SAGEPS), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da UFES. Este estudo tem por objetivo investigar as representações sociais de relacionamentos amorosos, e se justifica pela necessidade de desenvolver conhecimento psicossocial sobre o tema.

O estudo ocorrerá através da aplicação de questionário e utilizará navegação em páginas de internet. O questionário individual será respondido via web. Não há respostas certas ou erradas. A estimativa total de tempo de sua participação é entre 10 e 20 minutos, incluindo a etapa deste Termo. Para concordar e participar, você deve clicar na opção correspondente ao final desse formulário, e continuar a responder as perguntas que surgirão.

A pesquisa envolve riscos mínimos, de cansaço ou incômodo ao participar. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Se necessário, oferecemos atendimento individual.

Você tem como garantias o sigilo e a privacidade referente a sua participação, a retirada do consentimento e interrupção em qualquer fase da pesquisa, de ressarcimentos de eventuais despesas com a sua participação, o direito a buscar indenização em caso de eventual dano dela decorrente e que este termo em duas vias será disponibilizado a você assinado e também mantido pelo pesquisador com sua eventual concordância.

Por meio da sua participação você terá oportunidade de reflexão sobre o tema e estará contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento psicossocial. Os dados obtidos por meio desta pesquisa não serão divulgados em nível individual. Os pesquisadores responsáveis comprometem-se a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada.

Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Com o pesquisador, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento:

Vanessa Santa Rosa Mazzei, mestranda da UFES. E-mail: vanessa.mazzei@edu.ufes.br. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES: Av. Fernando Ferrari, 514, Prédio Professor Lídio de Souza - Goiabeiras - Vitória, ES, Telefone: (27) 4009-2501, ramal 2501.

Para intercorrências ou denúncias, busque o CEP:

Comitê de Ética em Pesquisa da UFES – Campus de Goiabeiras: Av. Fernando Ferrari, 514, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Goiabeiras - Vitória, ES, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com - Telefone: (27) 3145-9820.

Esta é uma cópia digital assinada do presente termo, disponibilizada para você que concordou em participar.

Anexo 3³

Pesquisa sobre estruturas e formas de se relacionar

Você está sendo convidado (a/e) para participar de uma pesquisa sobre estruturas e formas de se relacionar sob responsabilidade da mestranda Vanessa Santa Rosa Mazzei, orientada pela Prof^a Dr^a Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, vinculadas ao núcleo de pesquisas e intervenções em Saúde, Gênero e Psicologia Social (SAGEPS) do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Essa pesquisa tem como objetivo investigar sobre as representações sociais de relacionamentos. Ressaltamos que a sua participação é voluntária e anônima e que a estimativa de tempo da sua participação, incluindo a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, é de 10 a 20 minutos.

A sua participação será de grande valor e irá contribuir com o desenvolvimento de conhecimento psicossocial sobre o tema.

Acesse o link abaixo para ler e fazer o download da sua cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

<https://drive.google.com/file/d/1dguN07V1lse9XvDhrEzzBAM1ZvJK4GKn/view?usp=sharing>

Em seguida, indique o seu consentimento de participação abaixo e a sua maioria.

Em caso de desistência de participação, basta fechar o formulário.

Você concorda em participar desta pesquisa? *

Declaro que sou maior de 18 anos e tive acesso a uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pela pesquisadora e concordo em participar da pesquisa.

Das duas afirmações abaixo, com a qual você mais se identifica? *

Eu me identifico mais como uma pessoa monogâmica

Eu me identifico mais como uma pessoa não monogâmica

³ A aplicação para os dois grupos utilizou do mesmo formulário, contudo, a partir da resposta de identificação que o participante indicava, ele foi direcionado para o formulário de monogâmicos ou para o de não monogâmicos. Ambos os formulários possuíam a exata mesma estrutura, se diferenciavam apenas pelos termos sendo testados. Nesse caso, estamos apresentando aqui apenas uma das versões (referente às pessoas que se identificam como não monogâmicas), por considerar desnecessário repeti-las. Os termos testados para o grupo de monogâmicos estão indicados no método.

Responda as perguntas abaixo sobre **RELACIONAMENTO MONOGÂMICO** de acordo com a sua opinião:

Pode haver relacionamento monogâmico sem **POSSE**? *

- Sim
- Não
- Talvez

Pode haver relacionamento monogâmico sem **EXCLUSIVIDADE**? *

- Talvez
- Não
- Sim

Pode haver relacionamento monogâmico sem **PRISÃO**? *

- Sim
- Não
- Talvez

Pode haver relacionamento monogâmico sem **TRAIÇÃO**? *

- Sim
- Não
- Talvez

Pode haver relacionamento monogâmico sem **CIÚMES**? *

- Sim
- Talvez
- Não

Pode haver relacionamento monogâmico sem **CONTROLE**? *

- Talvez
- Não
- Sim

Pode haver relacionamento monogâmico sem **PATRIARCADO?** *

- Sim
- Talvez
- Não

Pode haver relacionamento monogâmico sem **CASAMENTO?** *

- Não
- Talvez
- Sim

Pode haver relacionamento monogâmico sem **INSEGURANÇA?** *

- Talvez
- Sim
- Não

Obrigada por ter respondido a seção anterior.

Agora, responda as perguntas abaixo sobre **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO**, de acordo com o que você acha:

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **LIBERDADE?** *

- Sim
- Não
- Talvez

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **AUTONOMIA?** *

- Sim
- Talvez
- Não

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **CONFIANÇA?** *

- Não
- Talvez
- Sim

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **DIÁLOGO?** *

- Talvez
- Não
- Sim

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **AFETO?** *

- Talvez
- Não
- Sim

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **RESPEITO?** *

- Não
- Talvez
- Sim

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **AMOR?** *

- Não
- Sim
- Talvez

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **RESPONSABILIDADE?** *

- Sim
- Não
- Talvez

Pode haver relacionamento não monogâmico sem **CUIDADO**? *

Talvez
 Sim
 Não

Voltar Próxima

Página 7 de 12 Limpar formulário

Escolha entre as 12 palavras dispostas abaixo **4 palavras** que, na sua opinião, tem **MAIS** a ver com **RELACIONAMENTO MONOGÂMICO**, e **4 palavras** que tem **MENOS** a ver com **RELACIONAMENTO MONOGÂMICO**.
Necessariamente **restarão 4 palavras** que você deve também sinalizar na última coluna.

*
—

	marque aqui as 4 palavras que MAIS a ver com RELACIONAMENTO MONOGÂMICO	marque aqui as 4 palavras que MENOS a ver com RELACIONAMENTO MONOGÂMICO	Marque aqui as 4 palavras que SOBRARAM
controle	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
insegurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
posse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
traição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
patriarcado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
amor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
prisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

exclusividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ciúmes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
casamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Verifique se você marcou os **4** termos que **MAIS** têm a ver com **RELACIONAMENTO MONOGÂMICO**, os **4** termos que tem **MENOS** a ver com **RELACIONAMENTO MONOGÂMICO** e se indicou os 4 termos que **SOBRARAM**. *

Eu verifiquei!

Voltar

Próxima

Página 8 de 12

Limpar
formulário

Escolha entre as 12 palavras dispostas abaixo **4** palavras que, na sua opinião, tem **MAIS** a ver com **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO**, e **4** palavras que tem **MENOS** a ver com **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO**. Necessariamente **restarão 4** palavras que você deve também sinalizar na última coluna.

— *

	marque aqui as 4 palavras que MAIS a ver com RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO	marque aqui as 4 palavras que MENOS a ver com RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO	Marque aqui as 4 palavras que SOBRARAM
cuidado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
respeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
diálogo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
honestidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
autoconhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
afeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
amor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
confiança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

companheirismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
autonomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
liberdade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
responsabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Verifique se você marcou os **4** termos que **MAIS** têm a ver com **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO**, os **4** termos que tem **MENOS** a ver com **RELACIONAMENTO NÃO MONOGÂMICO** e se indicou os 4 termos que **SOBRARAM**. *

Eu verifiquei.

Voltar Próxima  Página 9 de 12 Limpar formulário

Agora é a seção final! Resposta abaixo questões sócio-demográficas:

Qual é o gênero com o qual você se identifica? *

- Mulher cis
- Mulher trans
- Homem cis
- Homem trans
- Pessoa não binária
- Travesti
- Agênero
- Outro: _____

Qual é a orientação sexual com a qual você se identifica? *

- Heterossexual
- Bissexual
- Homossexual
- Panssexual
- Assexual
- Outro: _____

Qual é a sua cor/raça/etnia? *

- Pessoa preta
- Pessoa branca
- Pessoa parda
- Pessoa indígena
- Pessoa amarela
- Outro: _____

Qual é a sua idade? *

Sua resposta _____

Qual é a sua escolaridade? *

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio técnico completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós graduação incompleta
- Pós graduação completa
- Outro: _____

Você mora em qual cidade e estado? *

Sua resposta _____

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Página 12 de 12

[Limpar
formulário](#)